



ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ANEXO 3 – Agrossocioeconomia

Valorização dos Recursos Hídricos para a
Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Revisão 0

Lisboa. 31 de outubro de 2024



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 3 – Agrossocioeconomia

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Folha em branco

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 3 – Agrossocioeconomia

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

REVISÃO	DATA	DESCRIÇÃO
0	31/10/2024	Emissão inicial



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 3 – Agrossocioeconomia

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Folha em branco



VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ANEXO 3 – AGROSSOCIOECONOMIA

ÍNDICE GERAL

1	INTRODUÇÃO	1
2	CARACTERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA E DEMOGRÁFICA DO SETOR AGRÍCOLA DA REGIÃO	4
2.1	ESTRUTURA DEMOGRÁFICA AGRÍCOLA DA REGIÃO	4
2.1.1	NÚMERO DE DIRIGENTES AGRÍCOLAS	4
2.1.2	IDADE E GÉNERO DOS DIRIGENTES AGRÍCOLAS	5
2.1.3	DENSIDADE DE DIRIGENTES AGRÍCOLAS	7
2.1.4	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES SINGULARES	8
2.2	EMPREGO AGRÍCOLA	9
2.2.1	CARACTERIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA AGRÍCOLA	9
2.2.2	GANHO MÉDIO MENSAL	11
3	CARACTERIZAÇÃO DA COMPONENTE AGROECONÓMICA DA REGIÃO	12
3.1	EMPRESAS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS	12
3.2	EVOLUÇÃO NASCIMENTOS DE EMPRESAS	14
3.3	EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO	15
3.4	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO DAS EMPRESAS	15
3.5	VALOR DA PRODUÇÃO PADRÃO TOTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS	16
3.6	VOLUME DE NEGÓCIOS	17
3.7	VALOR ACRESCENTADO BRUTO	19
4	CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE E TIPOLOGIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS	20
4.1	DIMENSÃO DAS EXPLORAÇÕES	20
4.2	ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA	24
4.3	GRAU DE MECANIZAÇÃO	27
4.4	CARACTERIZAÇÃO DA IRRIGAÇÃO NA REGIÃO	31

5	CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS FILEIRAS AGRÍCOLAS	34
5.1	TOMATE PARA INDÚSTRIA	34
5.1.1	PRODUÇÃO	34
5.1.2	COMERCIALIZAÇÃO	37
5.1.3	TRANSFORMAÇÃO	38
5.2	MILHO	38
5.2.1	COMERCIALIZAÇÃO	42
5.2.2	TRANSFORMAÇÃO	43
5.3	VINHA	43
5.3.1	COMERCIALIZAÇÃO	45
5.3.2	TRANSFORMAÇÃO	46
5.4	PERA	47
5.4.1	PRODUÇÃO	47
5.4.2	COMERCIALIZAÇÃO	49
5.5	MAÇÃ	51
5.5.1	PRODUÇÃO	51
5.5.2	COMERCIALIZAÇÃO	53
5.6	SETOR HORTOFRUTÍCOLA	56
5.6.1	SUPERFÍCIE	56
5.6.2	VALOR	58
5.7	EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE FATORES DE PRODUÇÃO	60

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Classes de regadio da área em estudo	3
Figura 2 - Evolução do número de dirigentes agrícolas nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)	Erro! Marcador não definido.
Figura 3 - Estrutura etária dos dirigentes agrícolas dos concelhos em estudo em 2019 (Fonte: INE)	5
Figura 4 - Evolução da percentagem de jovens dirigentes agrícolas nos concelhos em estudo e Portugal (Fonte: INE)	6
Figura 5 - Densidade de dirigentes agrícolas dos concelhos em estudo e Portugal (Fonte: INE)	7
Figura 6 - Evolução da proporção de produtores singulares por nível de instrução em Portugal e nos concelhos em estudo (Fonte: INE)	8
Figura 7 - Distribuição da mão de obra agrícola (Nº) por tipologia e regime de trabalho, em 2019 (Fonte: INE)	10

Figura 8 - Evolução da mão de obra agrícola (Nº) por tipo e regime de trabalho (Fonte: INE).....	10
Figura 9 - Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Agricultura e Pesca, entre 2012 e 2019, nos concelhos em estudo (Fonte: PORDATA).12	
Figura 10 - Evolução do número de empresas agrícolas (esquerda) e empresas agroindustriais (direita), entre 2012 e 2019, com as respetivas linhas de tendência (linha pontuada) (Fonte: INE).....	13
Figura 11 - Evolução do número de nascimentos de empresas no setor agrícola, entre 2012 e 2019, nos concelhos em estudo e a respetiva linha de tendência (linha pontuada) (Fonte: INE).	15
Figura 12 - Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo das Empresas agrícolas (esquerda) e agroindustriais (direita) em milhões de euros, entre 2012 e 2019, nas regiões da Lezíria do Tejo e Oeste (Fonte: INE)	16
Figura 13 – Evolução do valor da produção padrão total, em milhões de euros, das explorações agrícolas dos concelhos em análise (Fonte: INE).....	17
Figura 14 - Evolução do volume de negócios das empresas agrícolas (esquerda) e agroindustriais (direita), entre 2012 e 2019, nos concelhos em estudo (Fonte: INE)	18
Figura 15 - Evolução do VAB das empresas agrícolas (esquerda) e agroindustriais (direita), entre 2012 e 2019, nos concelhos em estudo, em milhões de euros (Fonte: INE)	20
Figura 16 - Evolução da SAU média por exploração nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE).....	21
Figura 17 - Evolução da proporção de explorações (Nº) por classes de dimensão económica nos concelhos em estudo (Fonte: INE).....	22
Figura 18 - Dimensão económica das explorações por Orientação técnico-económica (nível I)	23
Figura 19 - Evolução da proporção de explorações (Nº e superfície) por Orientação técnico-económica (Nível I) nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE).....	25
Figura 20 - Proporção de explorações (Nº) por Orientação-técnico-económica (Nível III)	26
Figura 21 - Proporção de explorações (superfície em hectares) por Orientação-técnico-económica (Nível III)	27
Figura 22- Evolução da proporção de explorações (%) com tratores e regime de propriedade dos mesmos, entre 1999 e 2019, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)	28

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Figura 23 - Evolução do número médio de tratores por exploração nos concelhos em estudo e em Portugal, entre 1999 e 2019 (Fonte: INE)	29
Figura 24 - Evolução do número médio de tratores por 100 hectares de SAU nos concelhos em estudo e em Portugal, entre 1999 e 2019 (Fonte: INE)	30
Figura 25 - Evolução da percentagem superfície por método de rega nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE).....	32
Figura 26 - Evolução da percentagem superfície por método de rega (sob-pressão) nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)	33
Figura 27 - Evolução da produção de tomate para indústria (Fonte: INE)	35
Figura 28 - Evolução da superfície de tomate de indústria (Fonte: INE)	36
Figura 29 - Evolução da produtividade do tomate de indústria (Fonte: INE)	37
Figura 30 – Evolução da Importação, Exportação, Produção e Consumo Aparente Tomate Preparado ou Conservado (Fonte: GPP)	38
Figura 31 - Evolução da produção de milho (Fonte: INE)	39
Figura 32 - Produção de milho em regadio e em sequeiro no ano de 2020 (Fonte: INE)	39
Figura 33 - Evolução da superfície de milho (Fonte: INE)	40
Figura 34 - Superfície de milho em regadio e sequeiro (Fonte: INE)	41
Figura 35 - Evolução da produtividade do milho (Fonte: INE)	41
Figura 36 – Evolução da Importação, Exportação, Produção e Consumo Aparente de milho em Portugal (Fonte: GPP)	42
Figura 37 - Evolução da produção de uva (Fonte: INE).....	44
Figura 38 - Evolução da superfície de vinha (Fonte: INE)	44
Figura 39 - Evolução da produtividade da vinha (Fonte: INE).....	45
Figura 40 - Evolução da produção de pera (Fonte: INE)	47
Figura 41 - Evolução da superfície de pera (Fonte: INE)	48
Figura 42 - Evolução da produtividade (ton/ha) em pera (Fonte: INE)	49
Figura 43. Área geográfica protegida da Pera Rocha (DGADR, 2022)	50

Figura 44. Evolução da Produção, Importação, Exportação e Consumo Aparente (ton) de pera (Fonte: GPP).....	51
Figura 45 - Evolução da produção de maçã (Fonte: INE)	52
Figura 46 - Evolução da superfície de maçã (Fonte: INE).....	52
Figura 47 - Evolução da produtividade (ton/ha) de maçã (Fonte:INE)	53
Figura 48 - Evolução do preço médio ao produtor (€/kg) de maçã (Fonte: SIMA).....	54
Figura 49 – Evolução da Produção, Importação, Exportação e Consumo Aparente (ton) de maçã em Portugal	56
Figura 50. Área (ha) das principais hortofrutícolas da região do Ribatejo e Oeste, exceto a maçã pera, tomate e vinha. (INE, 2021).....	57
Figura 51. Área (ha) das principais hortícolas na Região do Ribatejo e Oeste em 2019 (IFAP, 2022).....	58
Figura 52. Valor da produção padrão total (€) das todas explorações agrícolas, por Orientação técnico-económica, que abrangem atividades Hortofrutícolas (INE, 2022).59	
Figura 53. Valores de Produção Padrão (€) das principais atividades hortofrutícolas centrados no ano 2007 (GPP, 2022)	60
Figura 54. Evolução nacional da produção vegetal (M€) (PORDATA, 2022) e da quantidade vendida de produtos fitofarmacêuticos (kg s.a./ha) (INE, 2022)	61
Figura 55. Evolução nacional da produção vegetal (M€) (PORDATA, 2022) e do consumo aparente de fertilizantes inorgânicos (kg/ha); INE, 2022)	61

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Número de explorações e Superfície Agrícola Utilizada (SAU, em hectares) de cada concelho integrante no estudo em 2019 (Fonte: INE)	2
Tabela 2 - Caracterização das classes de regadio	4
Tabela 3 - Indicador de envelhecimento por classe de regadio e em Portugal em 2019 (Fonte: INE)	6
Tabela 4 - Percentagem de dirigentes agrícolas jovens por classe de regadio e em Portugal em 2019 (Fonte: INE).....	6
Tabela 5 - Densidade de dirigentes agrícolas por classes de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE)	8

Tabela 6 - Percentagem de produtores agrícolas com ensino superior agrícola/florestal por classe de regadio, em 2019 (Fonte: INE)	9
Tabela 7 - Percentagem de mão de obra agrícola familiar e de mão de obra agrícola a tempo completo por classe de regadio em Portugal em 2019 (Fonte: INE)	11
Tabela 8 - Ganho Médio Mensal dos concelhos em estudo, em 2019, segundo as classes de regadio e respetivas percentagens relativamente à média nacional (Fonte: PORDATA)	12
Tabela 9 – Evolução do número de empresas agrícolas e agroindustriais por classes de regadio dos concelhos em estudo e em Portugal entre 2012 e 2019 (Fonte: INE)	14
Tabela 10 – Número médio de nascimentos por empresas agrícolas, por classes de regadio, em 2019, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE).....	15
Tabela 11 - VPPT médio por exploração agrícola, em 2019, por classe de regadio, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)	17
Tabela 12 - Volume de negócios médio por empresas agrícolas e agroindustriais em 2019, por classes de regadio, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)	19
Tabela 13 - VAB médio de empresas agrícolas e agroindustriais, em 2019, por classes de regadio, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE).....	20
Tabela 14 - Dimensão média (ha) das explorações por classe de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE)	21
Tabela 15 - Percentagem de explorações grandes e muito pequenas por classes de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE)	22
Tabela 16 - Percentagem de explorações com tratores pertencentes à exploração e número de tratores por exploração e por 100 hectares de SAU, por classe de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE).....	31
Tabela 17 – Percentagem de superfície por método de rega, por classes de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE).....	33
Tabela 18 - Valor da produção padrão total (VPPT) na região agrária Ribatejo e Oeste, 2019 (Fonte: INE)	34
Tabela 19 - Número de empresas e Valor Acrescentado Bruto, em 2019, das empresas de Preparação e Conservação de Frutos e de Produtos Hortícolas por Outros Processos. (Fonte: INE)	38
Tabela 20 - Variação do número de explorações com a cultura do milho (Fonte: INE) .	40
Tabela 21 - Número de empresas de moagem de cereais e transformação de cereais e leguminosas., em 2019. (Fonte: INE)	43

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 22 - Produção de vinho durante a campanha de 2020 (Fonte: IVV)	45
Tabela 23 - Comercialização de vinho certificado da região vitivinícola Tejo (Fonte: IVV)	46
Tabela 24 - Canais de comercialização de vinho certificado da região vitivinícola Tejo (Fonte: IVV)	46
Tabela 25 – Número de empresas e Valor Acrescentado Bruto das empresas da indústria do vinho em 2019 (Fonte: INE)	47
Tabela 26 - Evolução dos preços de pera (€/kg) ao produtor, por tipologia (Fonte: SIMA)	50
Tabela 27 - Diferentes Denominações de Origem Protegida (DOP) e Indicações Geográficas Protegidas (IGP) para a maçã (Fonte: DGADR)	54
Tabela 28 - Evolução do preço médio ao produtor (€/kg) de maçã por variedade (Fonte: SIMA)	55



VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ANEXO 3 – AGROSSOCIOECONOMIA

1 INTRODUÇÃO

A área total ocupada pelos concelhos em estudo é de 1.166.227 hectares, sendo que 33,9% dessa área é superfície agrícola utilizada (SAU). A SAU em estudo (395.280 hectares) representa 10% do total da SAU de Portugal.

Existem 36.412 explorações agrícolas nos concelhos em estudo (13% das explorações em Portugal).

Os dados acima referem-se a 2019, uma vez que, para a caracterização atual da área em estudo, foi utilizado o mais recente recenseamento agrícola, que é relativo a este ano.

Metodologia para a definição das classes de regadio:

Para cada concelho da área em estudo foi calculada a percentagem de SAU regada e, consoante esse indicador, foi atribuído a cada concelho uma classe de regadio (Tabela 1), ilustrados na Figura 1. Desta forma, pôde-se analisar diversos indicadores agrossocioeconómicos para as diferentes classes de regadio, avaliando assim o impacto do regadio no desempenho destes indicadores.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 1 - Número de explorações e Superfície Agrícola Utilizada (SAU, em hectares) de cada concelho integrante no estudo em 2019 (Fonte: INE)

Concelho	Nº de explorações	SAU (HA)	% SAU Regada
PROENÇA-A-NOVA	1.326	3.790	9,5%
VILA VELHA DE RÓDÃO	803	7.269	19,3%
ABRANTES	1.195	14.015	15,7%
ALCANENA	559	3.509	2,9%
CONSTÂNCIA	89	1.753	20,9%
ENTRONCAMENTO	41	307	77,9%
FERREIRA DO ZÉZERE	756	1.954	16,7%
MAÇÃO	780	2.146	13,3%
OURÉM	1.947	3.912	8,2%
SARDOAL	311	837	18,3%
TOMAR	1.618	6.013	16,1%
TORRES NOVAS	1.788	9.717	19,5%
VILA NOVA DA BARQUINHA	83	263	26,6%
ALCOBAÇA	1.757	7.155	40,5%
ALENQUER	1.131	12.962	7,5%
ARRUDA DOS VINHOS	428	3.571	5,1%
BOMBARRAL	659	4.512	43,3%
CADAVAL	850	4.998	43,4%
CALDAS DA RAINHA	1.462	6.026	41,9%
LOURINHÃ	1.142	5.565	36,5%
NAZARÉ	186	876	55,5%
ÓBIDOS	582	3.305	50,4%
PENICHE	405	2.714	65,6%
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	359	2.452	9,5%
TORRES VEDRAS	2.376	15.279	18,0%
BATALHA	406	901	23,4%
PORTO DE MÓS	884	6.531	4,9%
ALMEIRIM	784	12.331	53,5%
ALPIARÇA	282	5.370	60,1%
AZAMBUJA	686	10.213	55,9%
BENAVENTE	400	33.032	28,4%
CARTAXO	477	9.656	50,6%
CHAMUSCA	413	26.701	19,2%
CORUCHE	982	56.995	18,2%
GOLEGÃ	188	8.936	60,5%
RIO MAIOR	861	5.428	19,2%
SALVATERRA DE MAGOS	513	10.288	55,3%
SANTARÉM	2.643	27.716	23,5%
ALCOCHETE	126	3.735	74,6%
LOURES	455	3.858	25,0%
MAFRA	1.640	8.679	19,9%
PALMELA	1.638	26.250	25,1%
VILA FRANCA DE XIRA	401	13.760	63,4%

CLASSE REGADIO	% SAU REGADA
Predominante regadio	75-100
Principalmente regadio	50-74
Principalmente sequeiro	25-49
Predominantemente sequeiro	0-24

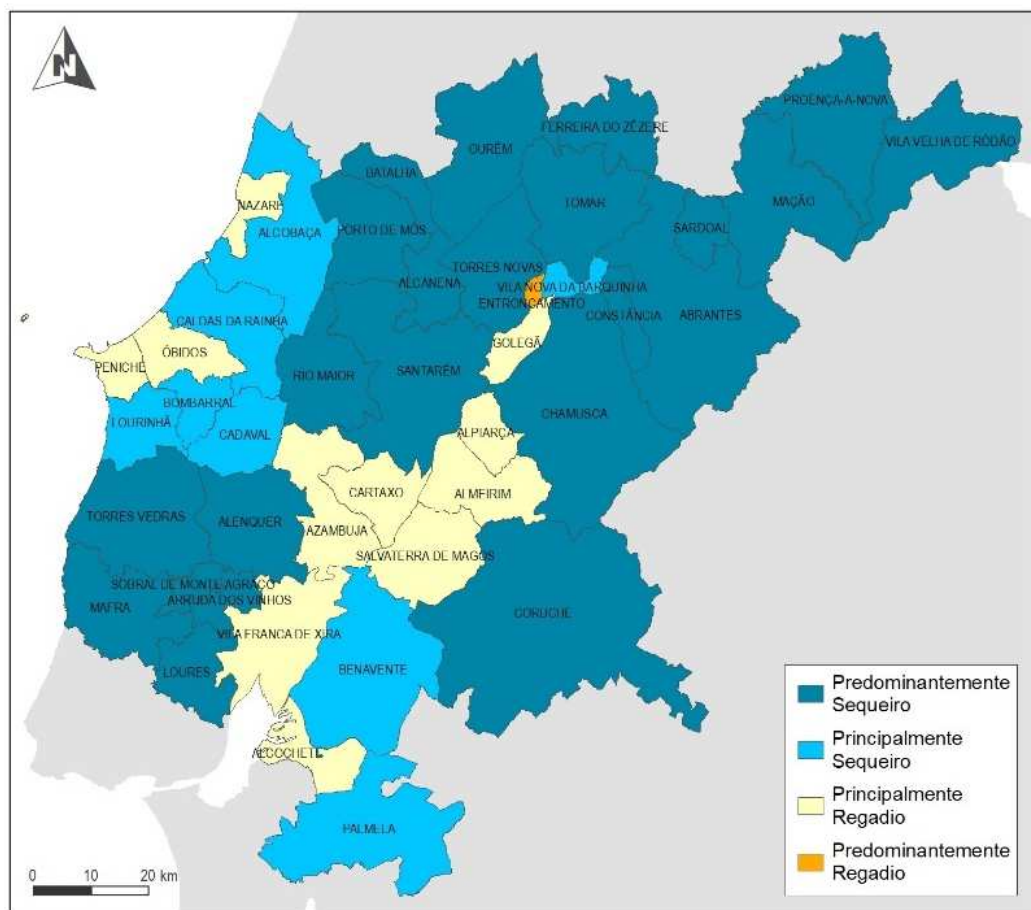


Figura 1 - Classes de regadio da área em estudo

Caracterização das classes de regadio (Tabela 3):

De acordo com a metodologia descrita anteriormente, a área em estudo, ilustrada na Figura 1, tem 23 concelhos cuja SAU é “predominantemente de sequeiro”. Esta classe de regadio representa 57,2% da SAU em estudo. São oito os concelhos da classe de regadio “principalmente sequeiro” e representam 22,2% da SAU abrangida pelo estudo. Assim, há um total de 31 concelhos onde a área regada representa menos de 50% da superfície agrícola utilizada. Há 11 concelhos “principalmente de regadio” (50-74% da SAU regada) e estes representam 20,5% da SAU em estudo. Há apenas um concelho com mais de 75% da SAU regada, representando apenas 0,1% da superfície agrícola utilizada em estudo. Relativamente a esta última classe, dado que abrange uma área insignificante e que os indicadores seriam relativos a um concelho apenas, e não a uma média de um grupo de concelhos, optou-se por não apresentar os dados relativos à mesma. Posto isto, a análise foi baseada por classes em 42 concelhos que representam 99,9% da SAU abrangida no estudo.

De notar, pela análise da Figura 1, que a maioria dos concelhos de “principalmente regadio” estão localizados ao longo do Rio Tejo.

Tabela 2 - Caracterização das classes de regadio

CLASSE REGADIO	Nº CONCELHOS	SAU ABRANGIDA (HA)	SAU ABRANGIDA (%)
Predominante regadio	1	307	0,1
Principalmente regadio	11	81.184	20,5
Principalmente sequeiro	8	87.801	22,2
Predominantemente sequeiro	23	225.988	57,2
Total	43	395.280	100

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA E DEMOGRÁFICA DO SETOR AGRÍCOLA DA REGIÃO

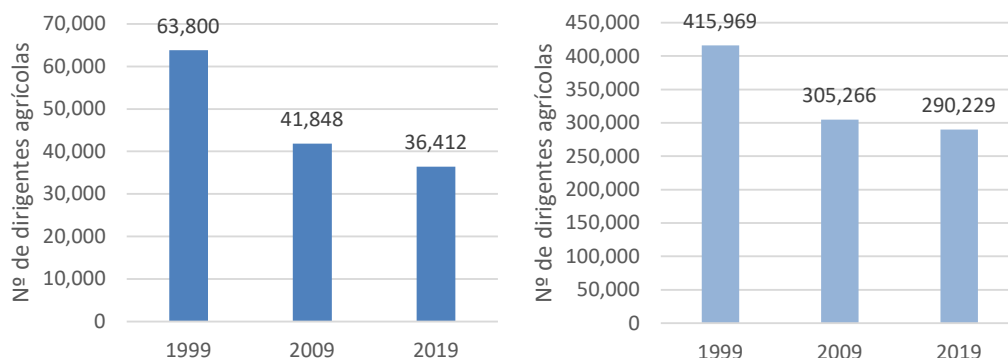
2.1 ESTRUTURA DEMOGRÁFICA AGRÍCOLA DA REGIÃO

De modo a caracterizar a estrutura demográfica agrícola da região em estudo foram analisados alguns indicadores relativos aos dirigentes agrícolas das explorações¹, tais como o número, a idade, o género, a densidade, a proporção de jovens e o grau de envelhecimento.

Para cada exploração agrícola há um dirigente, assim indicadores como o número e a densidade referem não só os dirigentes como às explorações.

2.1.1 NÚMERO DE DIRIGENTES AGRÍCOLAS

Na área em estudo existe um total de 36.412 dirigentes agrícolas, o que representa cerca de 13% do número de dirigentes e de explorações agrícolas do país. Relativamente aos recenseamentos agrícolas anteriores, tem havido um decréscimo notório do número de dirigentes agrícolas: entre 2009 e 2019 houve um decréscimo de 13% e entre 1999 e 2009 o decréscimo foi de 34 %. Comparativamente com a situação em Portugal, os concelhos em estudo tiveram uma evolução semelhante entre 1999 e 2009, no entanto, entre 2009 e 2019 a redução



¹ Segundo o INE, o dirigente agrícola é a “pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e que tem nela obrigatoriamente uma ocupação regular”, sendo que “entende-se por gestão quotidiana da exploração a tomada de decisões dia a dia, respeitantes aos trabalhos a realizar na exploração e às operações sem grande repercussão económica, no andamento da exploração”.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

do número de dirigentes agrícolas é muito mais acentuada na área de estudo do que no país (-13% no primeiro e -5% no último).

2.1.2 IDADE E GÉNERO DOS DIRIGENTES AGRÍCOLAS

A idade e o género dos dirigentes agrícolas dos concelhos em estudo encontram-se distribuídas de acordo com a pirâmide etária representada na Figura 3.

Destaca-se o número de dirigentes do sexo masculino, com idade superior a 64 anos (cerca de 1400) e com idades entre os 55 e os 64 anos (cerca de 6600). No global, os dirigentes com mais de 54 anos representam cerca 74% do total de dirigentes.

Do total de dirigentes agrícolas em estudo, 78% são homens. A proporção de homens é equivalente em qualquer uma das classes das idades, exceto nos 16-24 e 25-34 anos, em que a proporção de homens é 85% e 81% respetivamente. Na última década a proporção de mulheres teve um aumento de 4%.

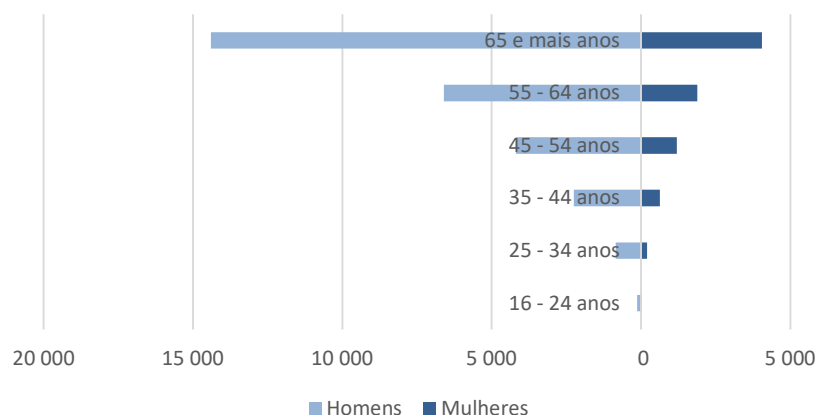


Figura 2 - Estrutura etária dos dirigentes agrícolas dos concelhos em estudo em 2019 (Fonte: INE)

Foi calculado um indicador de envelhecimento da população que está a ser caracterizada, a partir do quociente entre o número de dirigentes agrícolas com idade superior a 64 anos e o número de dirigentes com menos de 35 anos (Tabela 3). Ou seja, quanto maior o valor do indicador, mais envelhecida está a população.

Em Portugal há 16 vezes mais dirigentes com mais de 64 anos do que com menos de 35 anos e a média deste indicador é equivalente nos concelhos em estudo (16,4).

Os concelhos com menor área de regadio são aqueles com um maior envelhecimento dos dirigentes agrícolas: nas áreas com sequeiro predominante há 21,1 vezes mais dirigentes com mais de 64 anos do que dirigentes com menos de 35 anos, enquanto que nos concelhos “principalmente de regadio” esta relação toma um valor bastante inferior (10,1 vezes).

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 3 - Indicador de envelhecimento por classe de regadio e em Portugal em 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	INDICADOR DE ENVELHECIMENTO
Principalmente regadio	10,1
Principalmente sequeiro	12,0
Predominantemente sequeiro	21,1
Portugal	16,2

Os concelhos com maior indicador de envelhecimento são Proença-a-Nova (46,6), Batalha (39,8), Vila Velha de Ródão (36,7) e Ourém (36,0). Por outro lado, os concelhos menos envelhecidos são Alcochete (3,7), Cadaval (7,1), Óbidos (7,1) e Peniche (7,3).

A proporção de dirigentes agrícolas jovens, isto é, dirigentes agrícolas com menos de 35 anos, aumentou entre 2009 e 2019, tanto nos concelhos em estudo como na média do país. Ainda assim este valor (3,5 e 3,1 respetivamente) é inferior à proporção de jovens que existia em 1999 (Figura 3).

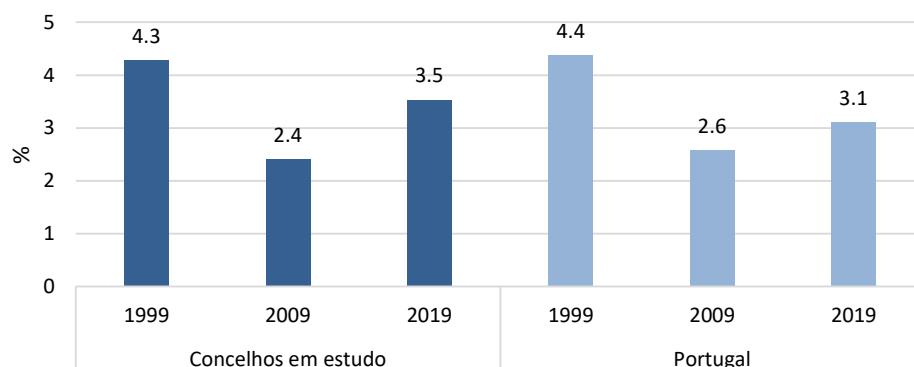


Figura 3 - Evolução da percentagem de jovens dirigentes agrícolas nos concelhos em estudo e Portugal (Fonte: INE)

Parece haver uma relação entre a percentagem de jovens dirigentes e a percentagem de SAU regada (Tabela 4): enquanto nos concelhos com mais de 50% da SAU regada 4,6% dos dirigentes têm menos de 35 anos, nos concelhos com menos de 25% da SAU regada, este valor é apenas 3%.

Tabela 4 - Percentagem de dirigentes agrícolas jovens por classe de regadio e em Portugal em 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	% DE JOVENS AGRICULTORES
Principalmente regadio	4,6
Principalmente sequeiro	4,2
Predominantemente sequeiro	3,0
Portugal	3,1

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Os concelhos com maior percentagem de dirigentes com menos de 35 anos são Alcochete (7,9%), Constância (7,9%), Cadaval (5,9%) e Óbidos (5,7%). Por outro lado, o Entroncamento (0%), Mação (0,6%), Sardoal (0,6%) e Proença-a-Nova (1,4%) são os concelhos com menor percentagem de jovens.

2.1.3 DENSIDADE DE DIRIGENTES AGRÍCOLAS

Relativamente à densidade de dirigentes agrícolas (Figura 5), indicador que retrata o número de dirigentes agrícolas por 100 hectares de SAU, esta tem diminuído gradualmente ao longo das últimas duas décadas, o que é explicado principalmente pelo facto de haver cada vez menor número de explorações agrícolas para uma SAU que não diminui. Esta diminuição da densidade de dirigentes e explorações agrícolas ocorre igualmente em Portugal.

A área em estudo tem, e sempre teve, uma densidade de dirigentes agrícolas bastante superior à média de Portugal: em 2019 havia cerca de 16 dirigentes agrícolas por cada 100 hectares da área em estudo, mais do dobro da densidade média em Portugal (Figura 4).

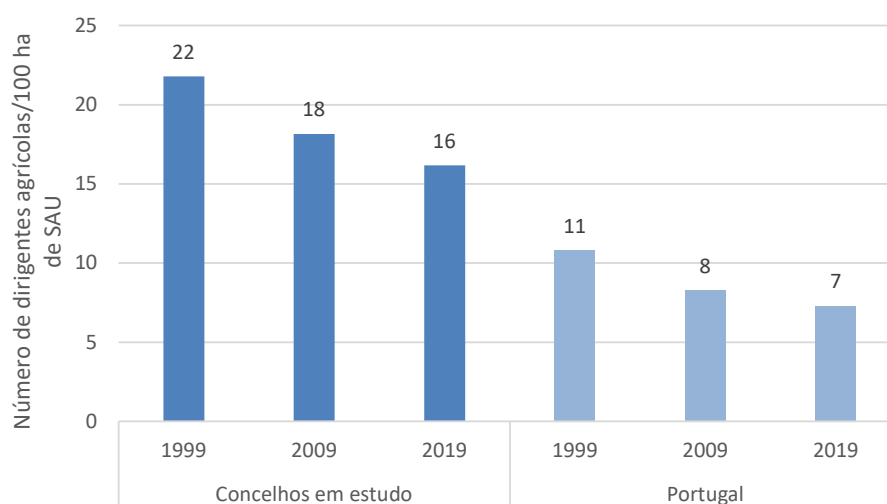


Figura 4 - Densidade de dirigentes agrícolas dos concelhos em estudo e Portugal (Fonte: INE)

Os concelhos cuja SAU é “principalmente e predominantemente de sequeiro” são aqueles com uma maior densidade de dirigentes agrícolas, cerca de 18 e 20 dirigentes por 100 hectares, respetivamente, enquanto os concelhos com mais de 50% da SAU regada têm apenas 8 dirigentes agrícolas, o que indica que são concelhos onde a dimensão média por exploração é superior (Tabela 5).

Tabela 5 - Densidade de dirigentes agrícolas por classes de regadio e em Portugal, em 2019

(Fonte: INE)

LOCAL	DENSIDADE DE DIRIGENTES AGRÍCOLAS (Nº DE DIRIGENTES/100 HA DE SAU)
Principalmente regadio	8
Principalmente sequeiro	18
Predominantemente sequeiro	20
Portugal	7

2.1.4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES SINGULARES

Não havendo informação disponível sobre o nível de escolaridade dos dirigentes agrícolas, fez-se uma análise deste indicador apenas para os produtores singulares.

Nos concelhos em estudo, em 2019, cerca de 10% dos produtores singulares tinham formação Superior agrícola ou florestal. Este valor mais que duplicou desde 2009 e triplicou desde 1999 (Figura 6).

Comparando com a situação em Portugal, os produtores dos concelhos em estudo estão mais instruídos, principalmente por terem uma menor proporção de produtores com nenhum nível de instrução (6,8% contra 11% em Portugal) e mais produtores com ensino secundário/pós-secundário (12,5% contra 10% em Portugal).

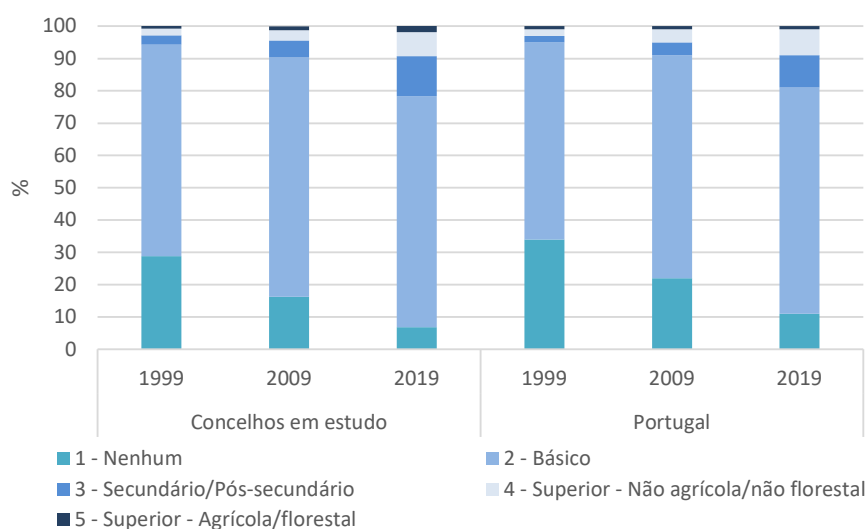


Figura 5 - Evolução da proporção de produtores singulares por nível de instrução em Portugal e nos concelhos em estudo (Fonte: INE)

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Os concelhos com maior proporção de produtores com ensino superior agrícola ou florestal são a Golegã (8%), Chamusca (5%), Alcochete (5%) e Benavente (5%). Já o Entroncamento (0%), Ourém (0%), Proença-a-Nova (0%) e Palmela (1%) têm poucos ou nenhum produtor com formação superior em Agricultura ou Floresta.

Comparando a tipologia de regadio, observa-se que quanto maior a proporção de SAU regada, maior a percentagem de produtores agrícolas com ensino superior agrícola ou florestal. Em qualquer uma das classes de regadio, a média da percentagem de produtores com ensino superior agrícola ou florestal é sempre maior do que o valor médio em Portugal (1%).

Tabela 6 - Percentagem de produtores agrícolas com ensino superior agrícola/florestal por classe de regadio, em 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	% DE PRODUTORES AGRÍCOLAS COM ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA/FLORESTAL
PRINCIPALMENTE REGADIO	3 %
PRINCIPALMENTE SEQUEIRO	1,8 %
PREDOMINANTEMENTE SEQUEIRO	1,7%
PORTUGAL	1 %

2.2 EMPREGO AGRÍCOLA

Com o objetivo de caracterizar o emprego agrícola foi feita uma caracterização da mão de obra agrícola quanto ao regime e tipologia de trabalho e ainda uma análise relativa ao ganho médio mensal.

2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA AGRÍCOLA

Em 2019 as explorações agrícolas da área em estudo empregavam 82 738 pessoas (Figura 6), cerca de 13% da mão de obra agrícola total do país. Destas, a grande maioria é mão de obra familiar a tempo parcial (76%).

A mão de obra não familiar (trabalhadores permanentes, eventuais e mão de obra contratada para a prestação de serviços na exploração) representa apenas 18% da mão de obra agrícola na área em estudo. Este valor é superior ao que ocorre em Portugal (12%). Da mão de obra não familiar, a maioria (cerca de 76%) trabalha a tempo completo.

A mão de obra agrícola familiar, constituída pelo produtor e o seu agregado doméstico, representa 82% da mão de obra da área em estudo e trabalha maioritariamente a tempo parcial (89% do total de mão de obra familiar).

Assim, na área em estudo, cerca de 20% da mão de obra agrícola trabalha a tempo completo, valor bastante acima do registado em Portugal (16%).

Resumindo, os concelhos em estudo têm uma maior proporção de mão de obra contratada e de mão de obra a tempo completo.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

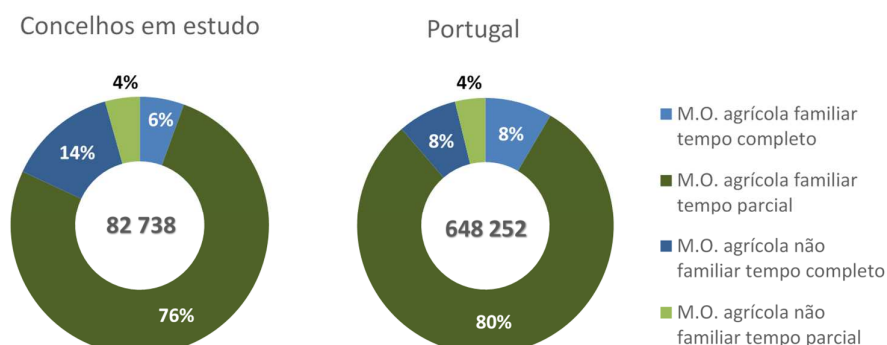


Figura 6 - Distribuição da mão de obra agrícola (Nº) por tipologia e regime de trabalho, em 2019 (Fonte: INE)

Na área em estudo a mão de obra agrícola diminuiu 13% entre 2009 e 2019 (Figura 7). Esta redução está diretamente relacionada com o aumento da dimensão das explorações e da eficiência do trabalho.

A mão de obra agrícola familiar é aquela que contribuiu para a redução da mão de obra, tendo sofrido uma variação de -20% desde 2009. Por outro lado, a mão de obra agrícola não familiar aumentou 40% desde 2009, passando a representar 18% da mão de obra total (11% em 2009). Houve um grande aumento da contratação de trabalhadores, tanto a tempo completo como parcial (Figura 7).

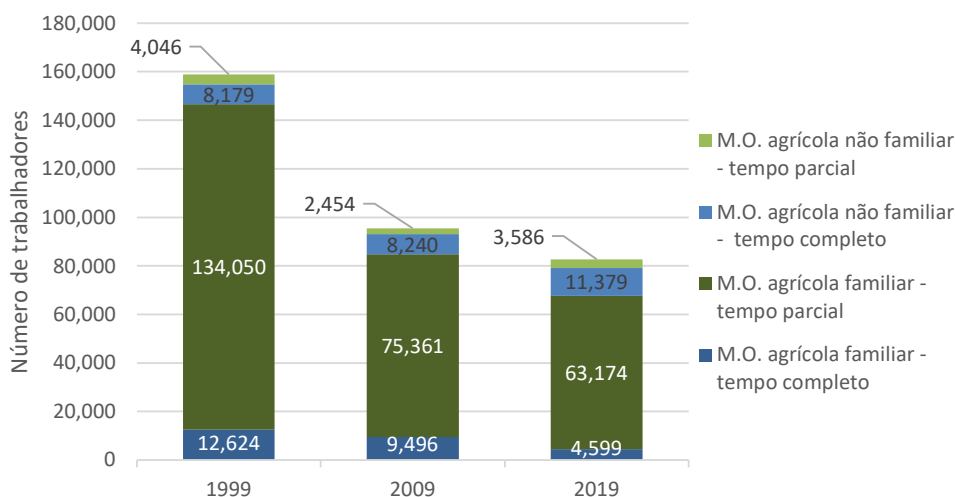


Figura 7 - Evolução da mão de obra agrícola (Nº) por tipo e regime de trabalho (Fonte: INE)

Como referido anteriormente, a mão de obra agrícola da área em estudo é predominantemente familiar (82%). No entanto há diferenças evidentes quando cruzamos este indicador com a percentagem de SAU regada, como é possível observar na Tabela 7. Há claramente uma relação

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

entre a classe de regadio e a percentagem de mão de obra agrícola familiar: nos concelhos com maior proporção de SAU regada há uma menor percentagem de mão de obra agrícola familiar, o que indica que estes concelhos têm mais mão de obra contratada para a prestação de serviços nas explorações.

Tal como na proporção do tipo de mão de obra, também há uma relação entre o regime de trabalho (completo ou parcial) e a classe de regadio (Tabela 7). Em média, os concelhos com maior proporção de SAU regada são aqueles que têm mais trabalhadores a tempo completo. Os concelhos enquadrados na classe “predominantemente regadio” têm até uma menor proporção de trabalhadores a tempo completo (14%) quando comparado com a média nacional (16%).

Pode-se concluir que há uma relação entre a proporção de superfície regada e a capacidade das explorações do concelho contratarem trabalhadores agrícolas e que estes sejam trabalhadores regulares e não a tempo parcial.

Tabela 7 - Percentagem de mão de obra agrícola familiar e de mão de obra agrícola a tempo completo por classe de regadio em Portugal em 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	% DE MÃO DE OBRA AGRÍCOLA FAMILIAR	% MÃO DE OBRA AGRÍCOLA A TEMPO COMPLETO
PRINCIPALMENTE REGADIO	71%	33%
PRINCIPALMENTE SEQUEIRO	79%	26%
PREDOMINANTEMENTE SEQUEIRO	85%	14%
PORTUGAL	89%	16%

2.2.2 GANHO MÉDIO MENSAL

O ganho médio mensal relativo aos trabalhadores no setor agrícola (Figura 8) tem revelado, ao longo dos anos, uma tendência crescente, atingindo, em 2019 um valor médio de 942,5€ nos concelhos em estudo.

Em 2019, os concelhos com maior expressão foram Constância, Entroncamento e Lourinhã, todos estes superiores aos valores apurados para a média nacional (944€). Os concelhos com menor expressão neste indicador foram Sobral de Monte Agraço, Sardão e Porto de Mós, todos eles abaixo do valor médio nacional.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

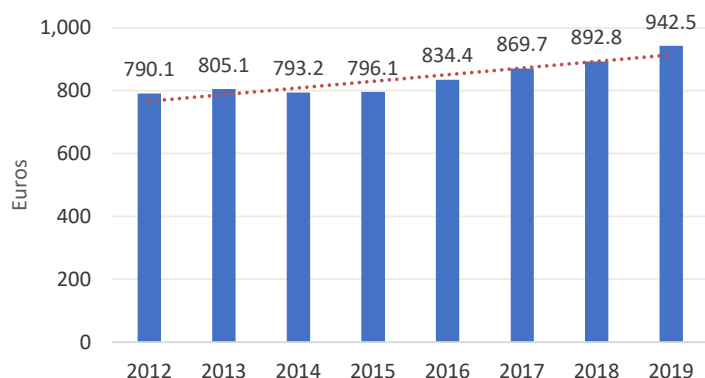


Figura 8 - Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Agricultura e Pesca, entre 2012 e 2019, nos concelhos em estudo (Fonte: PORDATA).

Na Tabela 8, a análise foi realizada consoante as classes de regadio dos concelhos em estudo durante 2019. O maior ganho médio mensal foi verificado nos concelhos de regadio, valores estes superiores ao ganho médio mensal nacional.

Tabela 8 - Ganho Médio Mensal dos concelhos em estudo, em 2019, segundo as classes de regadio e respetivas percentagens relativamente à média nacional (Fonte: PORDATA)

LOCAL	GANHO MÉDIO MENSAL	RELAÇÃO COMPARATIVAMENTE À MÉDIA NACIONAL
Principalmente regadio	992 €	5,1%
Principalmente sequeiro	901 €	- 4,5%
Predominantemente sequeiro	915 €	- 3,1%
Portugal	944 €	-

3 CARACTERIZAÇÃO DA COMPONENTE AGROECONÓMICA DA REGIÃO

Para melhor caracterizar a componente agroeconómica, o estudo foi agrupado em duas classes de atividades: empresas agrícolas que inclui agricultura, produção animal, caça e outros serviços relacionados e empresas agroindustriais que inclui indústrias transformadoras de bebidas e alimentares.

3.1 EMPRESAS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS

Em 2019, a agricultura (Figura 10) contava com 13.269 empresas nos concelhos em estudo, uma tendência crescente em 40% comparativamente a 2012. Em 2019, o número de empresas agrícolas nestes concelhos correspondeu a 11,3% das empresas agrícolas a nível nacional.

Relativamente às empresas agroindustriais (Figura 9), os dados no INE revelaram existir, em 2019, um total de 1.739 empresas. Estas também revelaram uma tendência positiva, em que o

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

número de empresas em 2019 correspondeu ao dobro do valor de 2012. Estas tendências crescentes ocorreram após a crise económica de 2011, que permitiu que a grande taxa de desemprego abrisse portas ao investimento neste setor, fomentando a sua expansão. Em 2019, o número de empresas agroindustriais nos concelhos em estudo correspondeu a 1,6% das empresas agroindustriais a nível nacional.

Ao analisarmos os gráficos (Figura 10), verificamos que em 2013, ocorreu um grande aumento do número de empresas agrícolas, em que o setor foi impulsionado pelos programas de apoio e incentivos europeus (ProDeR) para jovens agricultores.

Em 2019, o concelho com maior número de empresas agrícolas foi o de Torres Vedras com 1.593 empresas (12% da totalidade de empresas agrícolas nos concelhos em análise), seguido de Almeirim (5,8%) e Mafra (5,5%). Os concelhos com menor expressão foram Vila Nova da Barquinha (0,1%), Constância (0,1%) e o Sardoal (0,2%).

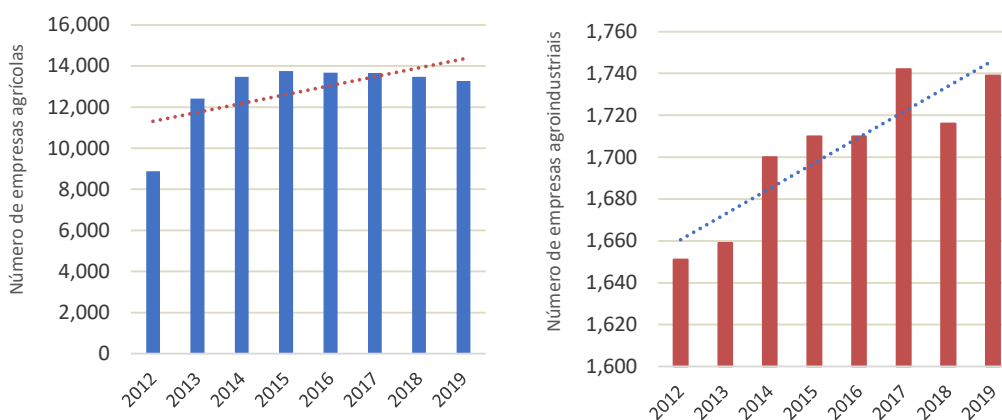


Figura 9 - Evolução do número de empresas agrícolas (esquerda) e empresas agroindustriais (direita), entre 2012 e 2019, com as respetivas linhas de tendência (linha pontuada) (Fonte: INE)

Relativamente às empresas agroindustriais, foi o concelho de Mafra que se destacou com 130 empresas (7,5% das empresas em análise), seguido de Torres Vedras (7,0%) e Loures (6,0%) e o menor número de empresas verificou-se em Constância e na Golegã, ambos os concelhos com 3 empresas agroindustriais, seguido de Vila Nova da Barquinha, o que correspondeu a 0,2% e 0,3%, respetivamente, comparativamente à totalidade do número de empresas agroindustriais nos concelhos em estudo.

A Tabela 9, revela que os acréscimos na evolução do número de empresas agrícolas, num cenário em que a nível nacional o acréscimo foi mais do dobro, foram superiores nos concelhos em que a superfície agrícola é “predominantemente de sequeiro”. Relativamente às empresas agroindustriais, a evolução acresce com o aumento da superfície agrícola regada, ou seja, quanto maior a superfície regada, maior foi o acréscimo de empresas agroindustriais localizadas nos concelhos em estudo. Este acréscimo verificado em superfícies agrícolas regadas foi superior ao acréscimo verificado em Portugal.

Tabela 9 – Evolução do número de empresas agrícolas e agroindustriais por classes de regadio dos concelhos em estudo e em Portugal entre 2012 e 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	EVOLUÇÃO Nº DE EMPRESAS AGRÍCOLAS	EVOLUÇÃO Nº DE EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS
Principalmente regadio	43,55 %	13,14 %
Principalmente sequeiro	45,13 %	3,48 %
Predominantemente sequeiro	54,51 %	3,03 %
Portugal	MAIS DO DOBRO	11,56 %

3.2 EVOLUÇÃO NASCIMENTOS DE EMPRESAS

Na ausência de dados desagregados para a indústria agroalimentar, a análise cingiu-se ao setor agrícola. Note-se que, neste ponto, a análise é referente a todo o setor, ao incluir a agricultura, produção animal, caça, florestas e pescas.

Desde 2012 que o número de nascimentos de empresas no setor agrícola tem vindo a diminuir (Figura 10) nos concelhos em estudo, atingindo em 2019, 1.098 empresas, valores semelhantes a 2012, mas uma quebra de 28% comparativamente a 2018.

O maior acréscimo, dados em acordo com o número de empresas (Figura 9), ocorreu em 2013, foi impulsionado pelos programas de apoio e investimentos europeus (ProDer) com o aumento das ajudas públicas referentes à atividade de jovens agricultores.

Em 2019, o número de nascimentos de empresas agrícolas nos concelhos em análise correspondeu a 10,7% dos nascimentos de empresas no setor agrícola em Portugal.

Segundo o INE, em 2019, os concelhos com maior expressão foram Torres Vedras (9,9%), Santarém (5,3%) e Palmela (5,0%). Torres Vedras também foi o concelho com maior peso relativamente ao número de empresas agrícolas, evidenciado a expansão do setor neste concelho.

Contrariamente ao anteriormente exposto, os menores nascimentos de empresas no setor agrícola, em 2019, ocorreram nos concelhos de Constância (0,09%), Vila Nova da Barquinha (0,09%) e Batalha (0,27%), concelhos também evidenciados pela menor expressão no que se refere ao número de empresas agrícolas durante este período.

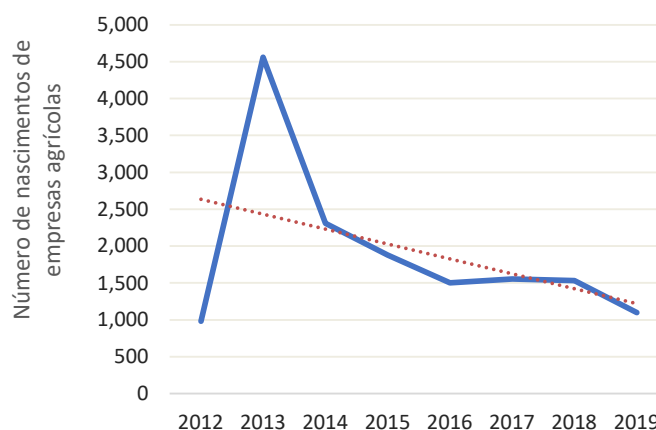


Figura 10 - Evolução do número de nascimentos de empresas no setor agrícola, entre 2012 e 2019, nos concelhos em estudo e a respetiva linha de tendência (linha pontuada) (Fonte: INE).

Numa análise por classe de regadio (Tabela 10), é de realçar que o maior número médio de nascimentos, por número de empresas, ocorreu nos concelhos de “predominantemente sequeiro”, seguido dos concelhos de regadio. Nestes últimos, o valor médio, apesar de inferior à média nacional, surge como uma oportunidade de ingressar no setor agrícola na região.

Tabela 10 – Número médio de nascimentos por empresas agrícolas, por classes de regadio, em 2019, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

LOCAL	MÉDIA NASCIMENTOS POR EMPRESAS DO SETOR AGRÍCOLA
Principalmente regadio	0,075
Principalmente sequeiro	0,067
Predominantemente sequeiro	0,089
Portugal	0,079

3.3 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO

3.4 FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO DAS EMPRESAS

Na ausência de dados desagregados para todos os concelhos em estudo, foi feita uma análise da formação bruta em capital fixo ²para a região da Lezíria do Tejo e para a região Oeste, as únicas regiões que integram, na totalidade, o grupo de concelhos em estudo.

² A formação bruta de capital fixo integra o investimento em edifícios e construções (como habitações compradas pelas famílias) em animais e árvores, em softwares informáticos e bases de dados, em maquinaria e outros equipamentos, utilizados por mais de um ano, na produção de bens e serviços das empresas.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Segundo o INE, em 2019, a formação bruta de capital fixo das empresas agrícolas ³foi de 136.331.312 €, o que correspondeu a 12,5 % do total investido em formação bruta de capital fixo de empresas agrícolas em Portugal (Figura 11).

A formação bruta de capital fixo das empresas agroindustriais, em 2019, foi de 100.855.222€, o que correspondeu a 12,6% do total investido em formação bruta de capital fixo de empresas agroindustriais em Portugal. Estes valores⁴ têm sido crescentes, o que revela uma expansão da indústria agroalimentar na área em estudo.

Em ambos os indicadores, referentes a empresas agrícolas e agroindustriais, foram os concelhos da região da Lezíria do Tejo que revelaram a maior formação de capital fixo comparativamente à região do Oeste.

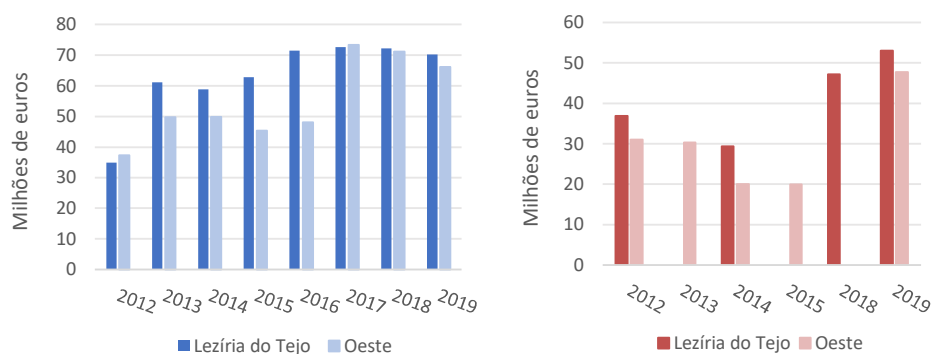


Figura 11 - Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo das Empresas agrícolas (esquerda) e agroindustriais (direita) em milhões de euros, entre 2012 e 2019, nas regiões da Lezíria do Tejo e Oeste (Fonte: INE)

3.5 VALOR DA PRODUÇÃO PADRÃO TOTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

O Valor da Produção Padrão Total (VPPT) das explorações agrícolas⁵ dos concelhos em análise (Figura 13) foi, em 2019, de 1.700.359.948€, valor crescente, à semelhança dos valores verificados para Portugal, desde 1999, correspondendo a um acréscimo de 42%. Em 2019, o VPPT das explorações agrícolas dos concelhos em estudo correspondeu a 25% do VPPT das explorações agrícolas a nível nacional.

Neste indicador, destacam-se, com o maior peso do VPPT das explorações agrícolas, os concelhos de Torres Vedras, Santarém e Coruche, que corresponderam a 10,1%, 8,4% e 5,2%, respetivamente, da totalidade do VPPT das explorações agrícolas nos concelhos em estudo. Os

³ Na ausência de dados desagregados para o Oeste em 2019, a análise das empresas agrícolas neste subcapítulo tem em consideração a floresta e pesca, além da agricultura e caça abordada nos restantes subcapítulos.

⁴ As regiões em análise neste indicador (Lezíria do Tejo e Oeste) têm limitações nos dados disponibilizados relativos à Formação bruta de Capital Fixo das empresas agroindustriais no período de 2013 e entre 2015 e 2018.

⁵ O Valor da Produção Padrão Total (VPPT) das explorações agrícolas corresponde ao somatório dos valores da produção bruta para cada atividade agrícola, multiplicado pelo número de unidades existentes em cada atividade.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

menores valores foram registados no Entroncamento (0,06%), Vila Nova da Barquinha (0,06%) e o Sardoal (0,11%).

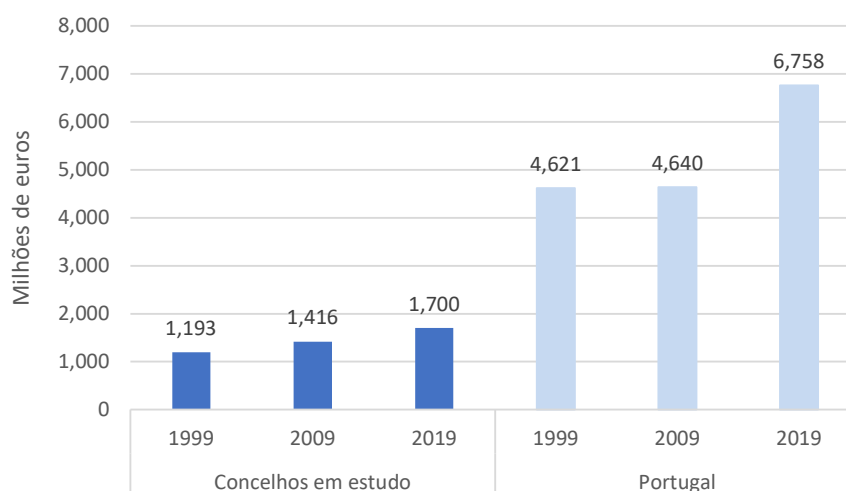


Figura 12 – Evolução do valor da produção padrão total, em milhões de euros, das explorações agrícolas dos concelhos em análise (Fonte: INE).

Pela análise da Tabela 11, o maior VPPT médio foi verificado nos concelhos de regadio. Além disso, denotamos que se verifica uma relação entre o VPPT médio das explorações agrícolas e as classes de regadio: quanto maior a superfície agrícola de regadio, maior o VPPT médio das explorações agrícolas. É ainda de notar que concelhos de regadio, na área em estudo, foram, em 2019, 3 vezes mais rentáveis que a média nacional para este indicador.

Tabela 11 - VPPT médio por exploração agrícola, em 2019, por classe de regadio, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

LOCAL	VPPT MÉDIO POR EXPLORAÇÃO AGRÍCOLAS
Principalmente regadio	80.951 €
Principalmente sequeiro	42.159 €
Predominantemente sequeiro	22.349 €
Portugal	23.286 €

3.6 VOLUME DE NEGÓCIOS

Segundo o INE, em 2019, o volume de negócios das empresas ⁶agrícolas nos concelhos em análise (Figura 13) foi de 1.811.102.863 €. Este indicador revelou uma tendência crescente ao

⁶ O volume de negócios das empresas é um indicador referente ao nível de atividade gerado pela empresa e que integra o somatório das vendas de mercadorias e de produtos e prestação de serviços das diversas empresas.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

longo dos anos, sendo que, em 2019, nos concelhos em análise, correspondeu a 77% do total de empresas agrícolas em Portugal. Posto isto, os concelhos em estudo revelam uma expressão preponderante no universo das empresas agrícolas existentes em Portugal.

Relativamente às empresas agroalimentares (Figura 13), em 2019, a sua atividade gerou 4.847.319.503 €. Nestas empresas, o volume de negócios também revelou uma tendência crescente e, em 2019, correspondeu ao dobro do verificado em 2012. Em 2019, o volume de negócios das empresas agroindustriais, nos concelhos em análise, correspondeu a 28% do total de empresas agroindustriais nacionais.

Os concelhos com maior expressão relativamente ao volume de negócios das empresas agrícolas foram a Lourinhã, Torres Vedras e Alcobaça, que corresponderam a 4,6%, 3,6% e 2,7%, respetivamente, do volume de negócios total de empresas agrícolas. Neste indicador, Torres Vedras volta a destacar-se, devido ao elevado número de empresas, acrescido pelos nascimentos de novas empresas no setor, e gerando maiores proveitos resultantes da maior atividade. Pelo contrário, os concelhos com menor peso foram o Sardoal (0,01%), Vila Nova da Barquinha (0,02%) e Mação (0,03%).

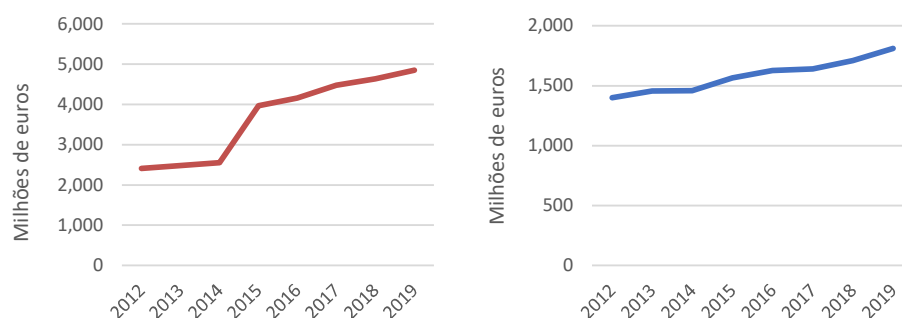


Figura 13 - Evolução do volume de negócios das empresas agrícolas (esquerda) e agroindustriais (direita), entre 2012 e 2019, nos concelhos em estudo (Fonte: INE)

Relativamente às empresas agroindustriais, foram os concelhos de Torres Vedras, Santarém e Vila Franca de Xira que geraram os maiores níveis de atividade durante o ano de 2019 e que corresponderam a 14,3%, 11,2% e 9,7% respetivamente, da totalidade do volume de negócios da agroindústria nos concelhos em estudo. O destaque relativo ao concelho de Santarém encontra-se de acordo com o elevado número de empresas agroindustriais presentes neste concelho que gera um maior número de proveitos resultantes da maior atividade. Os concelhos que geraram os menores níveis de atividade foram Sardoal (0,01%), Chamusca (0,02%) e Vila Nova da Barquinha (0,02%).

Com recurso à análise por classe de regadio (Tabela 12), é de notar que as empresas agrícolas com maiores volumes de negócios localizam-se em concelhos de “principalmente sequeiro”, seguido pelos concelhos de regadio.

Relativamente às empresas agroindustriais, é de realçar que existe uma relação entre o volume de negócios e as classes de regadio: quanto maior a superfície agrícola regada, maior o volume de negócios.

De notar que, os valores verificados para a área em estudo são superiores aos valores nacionais, o que realça a importância dos concelhos em estudo para o setor agrícola e da transformação agroalimentar em Portugal.

Tabela 12 - Volume de negócios médio por empresas agrícolas e agroindustriais em 2019, por classes de regadio, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

LOCAL	VOLUME DE NEGÓCIOS MÉDIO POR EMPRESA AGRÍCOLA	VOLUME DE NEGÓCIOS MÉDIO POR EMPRESA AGROINDUSTRIAL
Principalmente regadio	170.126 €	6,4 M€
Principalmente sequeiro	185.871 €	2,1 M€
Predominantemente sequeiro	129.549 €	2,09 M€
Portugal	53.467 €	1,6 M€

3.7 VALOR ACRESCENTADO BRUTO

Neste ponto é analisado o resultado da atividade produtiva das empresas agrícolas e agroindustriais referidas anteriormente com recurso ao Valor Acrescentado Bruto (VAB)⁷.

O VAB das empresas agrícolas (Figura 14) nos concelhos em análise, em 2019, segundo o INE, contribuiu com 419.353.065 € para o PIB dessas localidades, valor que tem sido crescente ao longo dos anos. Em 2019, correspondeu a quase o dobro, comparativamente a 2012, e a 26,1% do VAB total de empresas agrícolas nacionais.

O VAB das indústrias agroalimentares (Figura 14) contribuiu, em 2019, com 808.327.601 € para o PIB dos concelhos em estudo, correspondendo a mais do dobro dos valores atingidos em 2012. Em 2019, este indicador correspondeu a 23,6% da totalidade do VAB de empresas agroindustriais em Portugal.

Nos concelhos em que foi possível apurar a totalidade dos valores relativos às empresas agrícolas, destacam-se os concelhos de Torres Vedras, Lourinhã e Alcobaça, em que o VAB das empresas agrícolas correspondeu a 11,9%, 10,6% e 8,3%, respetivamente, do VAB de empresas agrícolas total nos concelhos em análise.

De notar que, os concelhos da Lourinhã e Torres Vedras se destacaram não só no volume de negócios de empresas agrícolas (elevado nível de atividade), como também no VAB das empresas agrícolas (resultado final da atividade produtiva) e no ganho médio mensal. Isto significa que, para além de gerar elevados proveitos com a atividade, os custos de matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo não são significativos e, por isso, permitem que o resultado final da atividade produtiva seja bastante positivo.

Relativamente à agroindústria, destacam-se os concelhos Vila Franca de Xira, Torres Vedras e Loures em que o VAB das empresas agroindustriais foi de 14,4%, 10,0% e 7,3%, respetivamente, comparativamente ao VAB total apurado estes concelhos.

⁷ O VAB de uma empresa mede o seu contributo para Produto Interno Bruto (PIB) do país, na nossa análise, de cada concelho.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

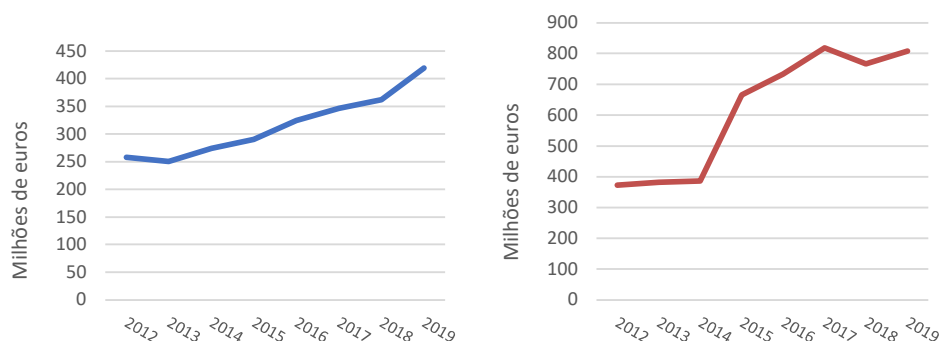


Figura 14 - Evolução do VAB das empresas agrícolas (esquerda) e agroindustriais (direita), entre 2012 e 2019, nos concelhos em estudo, em milhões de euros (Fonte: INE)

Ao analisar a Tabela 13, denotamos que existe uma relação entre o VAB médio por empresa não só de empresas agrícolas, como também agroindustriais, e as classes de regadio: quanto maior a superfície agrícola de regadio, maior é o VAB, ou seja, mais o setor contribui para o PIB dos concelhos em estudo. Apesar de o maior volume de negócios por empresas agrícolas estar associado a concelhos de “principalmente sequeiro”, estes não são os concelhos com maior VAB, ou seja, geram elevados proveitos, contudo, têm também elevados encargos com a atividade, conduzindo a que o resultado final da atividade não seja tão elevado quanto o verificado em concelhos de regadio. Posto isto, estes resultados realçam o enorme peso da atividade produtiva das empresas em concelhos de regadio que, mesmo não atingindo os maiores volumes de negócios, revelam ser as empresas com maior criação de valor.

Além disso, em ambas as tipologias de empresas, os valores apurados para os concelhos em estudo, superaram os valores registados a nível nacional, destacando a importância destes para o setor agrícola e agroalimentar em Portugal.

Tabela 13 - VAB médio de empresas agrícolas e agroindustriais, em 2019, por classes de regadio, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

LOCAL	VAB MÉDIO DE EMPRESAS AGRÍCOLAS	VAB MÉDIO DE EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS
Principalmente regadio	39.220 €	1.741.475 €
Principalmente sequeiro	35.105 €	346.899 €
Predominantemente sequeiro	28.884 €	327.119 €
Portugal	13.633 €	359.475 €

4 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE E TIPOLOGIA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

4.1 DIMENSÃO DAS EXPLORAÇÕES

Em média as explorações da área em estudo têm 14,4 ha de SAU (Figura 15), valor ligeiramente superior à média de Portugal (13,7 ha). A área média das explorações tem aumentado nas

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

últimas duas décadas, tanto em Portugal como nos concelhos em estudo, sendo que nestes últimos o ritmo de crescimento é significativamente superior: entre 2009 e 2019 a SAU média por exploração nos concelhos em estudo cresceu 26%, enquanto que em Portugal cresceu apenas 14%.

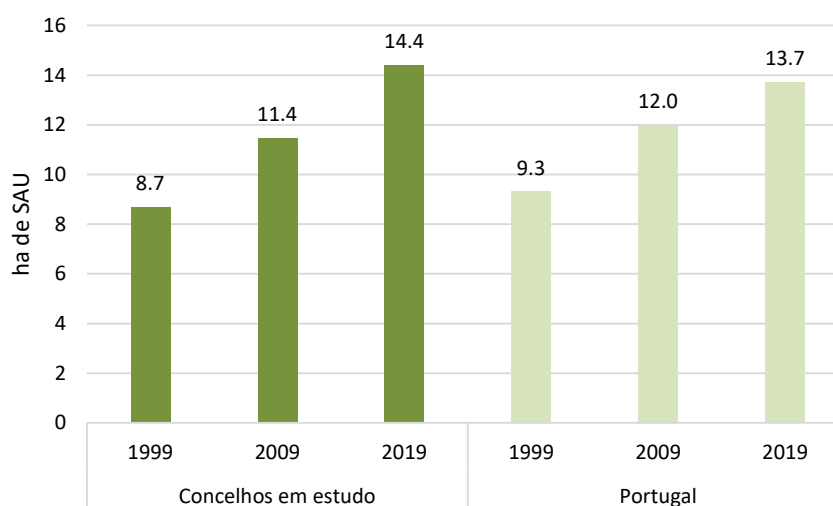


Figura 15 - Evolução da SAU média por exploração nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

Os concelhos “principalmente de regadio” são aqueles com uma dimensão média da exploração maior (Tabela 14). Há uma relação evidente entre proporção de SAU regada e a dimensão média da exploração: quanto maior a proporção de superfície agrícola regada, maior a dimensão média das explorações em hectares.

Tabela 14 - Dimensão média (ha) das explorações por classe de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	DIMENSÃO MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES (HA DE SAU)
Principalmente regadio	19,9
Principalmente sequeiro	16,0
Predominantemente sequeiro	11,5
Portugal	13,7

Os concelhos com maior dimensão média das explorações são Benavente (82,6 ha), Chamusca (64,7 ha), Coruche (58 ha) e Golegã (47,5 ha). Por outro lado, Ourém (2 ha), Batalha (2,2 ha), Ferreira do Zêzere (2,6 ha) e Sardoal (2,7 ha) são os concelhos com as explorações mais pequenas.

Quanto à dimensão económica de uma exploração, esta pode ser considerada muito pequena, pequena, média ou grande, consoante o seu valor de Produção Padrão Total (VPPT). Se este é inferior a 8000 €, a exploração é muito pequena, se está entre 8000€ mas é inferior a 25 000 €,

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

a exploração é pequena. Se o VPPT se encontra entre os 25 000€ e os 100 000 €, a exploração é considerada média. A exploração é considerada grande se o VPPT é superior a 100.000€.

Atualmente, na área em estudo, apenas 6% das explorações têm dimensão grande e quase 70% são muito pequenas (

LOCAL	% EXPLORAÇÕES GRANDES	% EXPLORAÇÕES MUITO PEQUENAS
-------	-----------------------	------------------------------

Tabela 15). Quando comparado com a média de Portugal (

LOCAL	% EXPLORAÇÕES GRANDES	% EXPLORAÇÕES MUITO PEQUENAS
-------	-----------------------	------------------------------

Tabela 15), a área em estudo tem mais explorações de grande dimensão e menos explorações muito pequenas.

Há uma clara tendência de aumento da proporção de explorações grandes e médias em detrimento daquelas muito pequenas (Figura 16).

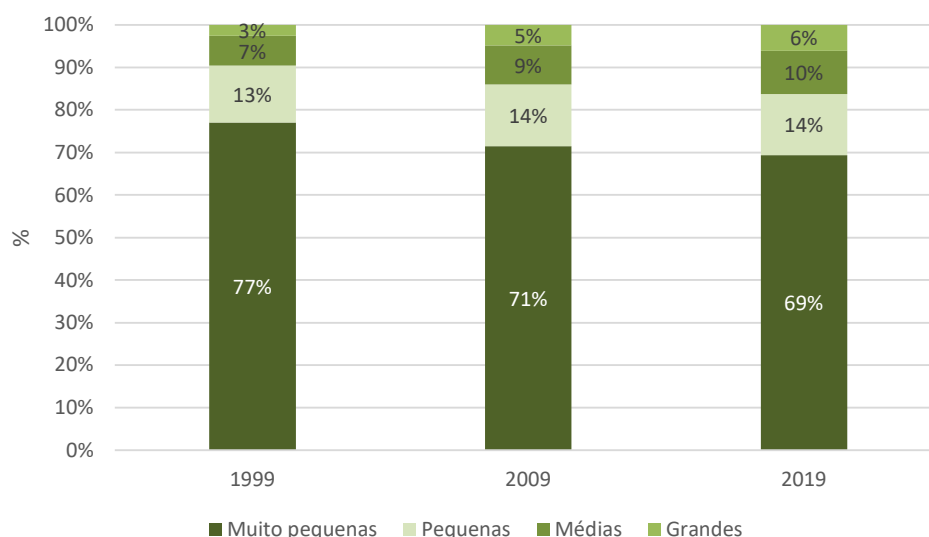


Figura 16 - Evolução da proporção de explorações (Nº) por classes de dimensão económica nos concelhos em estudo (Fonte: INE)

Os concelhos cuja SAU é “principalmente de regadio” são aquelas com uma maior percentagem de explorações de dimensão grande e menor percentagem de explorações muito pequenas (Tabela 15). Nos concelhos “predominantemente de sequeiro” acontece exatamente o inverso, podendo assim concluir-se que há uma relação entre a proporção de área regada e a dimensão económica das explorações.

Tabela 15 - Percentagem de explorações grandes e muito pequenas por classes de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	% EXPLORAÇÕES GRANDES	% EXPLORAÇÕES MUITO PEQUENAS
-------	-----------------------	------------------------------

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

principalmente regadio	12,6	54,6
Principalmente sequeiro	8,1	56,7
Predominantemente sequeiro	4,2	76,5
Portugal	4,0	71,9

Os concelhos com uma maior proporção de explorações grandes (>100.000 €) são Benavente (16,4%), Golegã (14,5%), Alcochete (14,2%) e Coruche (13,2%). Por outro lado, os concelhos com menos explorações com dimensão económica grande são Proença-a-Nova (0,1%), Sardoal (0,3%) Mação (0,4%) e Vila Velha de Ródão (0,7%). Os concelhos com maior proporção de explorações muito pequenas (< 8.000 €) são Ourém (95,8 %), Sardoal (95,8 %), Mação (95,1 %) e Ferreira do Zêzere (94%).

Os concelhos de Benavente, Golegã e Coruche são os que têm maiores dimensões tanto relativamente à superfície como à dimensão económica. Já Ourém, Sardoal e Ferreira do Zêzere são os concelhos com menor dimensão económica e dimensão física.

As explorações especializadas em produção animal são aquelas com maior quantidade de explorações de dimensão económica grande, cerca de 12,9% (Figura 17). As explorações mistas, ou não especializadas, são aquelas de menores dimensões económicas, sendo que apenas cerca de 7% desta tipologia de exploração tem dimensões superiores a 25 000 €. As explorações maiores são aquelas com maior especialização, tanto em Portugal como nos concelhos em estudo.

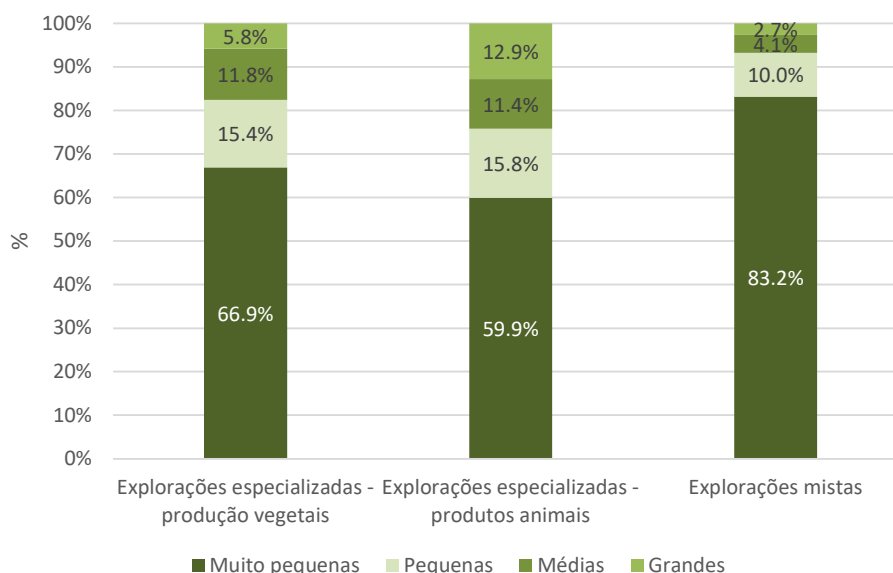


Figura 17 - Dimensão económica das explorações por Orientação técnico-económica (nível I)

4.2 ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA

De modo a caracterizar as explorações quanto ao tipo de atividades de desenvolvem foi analisada a orientação técnico-económica ⁸(OTE). Neste estudo olha-se em particular para as explorações especializadas em atividades de produção vegetal.

Nos concelhos em estudo, cerca de 80% das explorações são especializadas (

⁸ Segundo o INE, a OTE “determina o grau e o tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes atividades da exploração (frações da Margem Bruta Padrão total da exploração)”. E “se 2/3 da Margem Bruta Padrão total provém apenas de uma atividade, essa exploração é considerada especializada nessa atividade; se apenas 1/3 da Margem Bruta Padrão total provir de uma atividade, diz-se orientada nessa atividade; finalmente, se a Margem Bruta Padrão total de nenhuma atividade representar 1/3 da MBP total, a exploração é classificada como mista nessas atividades”.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 17), valor superior ao registado em Portugal (75%). Destas, a grande parte está especializada em produção vegetal (66% do número de explorações e 58% da superfície). As explorações pecuárias, apesar de representarem apenas 13% do total das explorações em estudo, em termos de superfície ocupam cerca de 20% da SAU, o que indica que em média são explorações maiores.

Comparativamente com Portugal, a área em estudo tem menos proporção de explorações pecuárias e mistas, já em termos de superfície apenas as explorações pecuárias têm uma proporção menor: cerca de 20% da SAU face a 40% em Portugal.

O número de explorações especializadas tem aumentado nas últimas décadas (Figura 18), tanto em Portugal como nos concelhos em estudo, principalmente devido à produção vegetal. Em termos de superfície este aumento das explorações especializadas é menos evidente, principalmente na última década (de 78% para 78,3% nos concelhos em estudo).

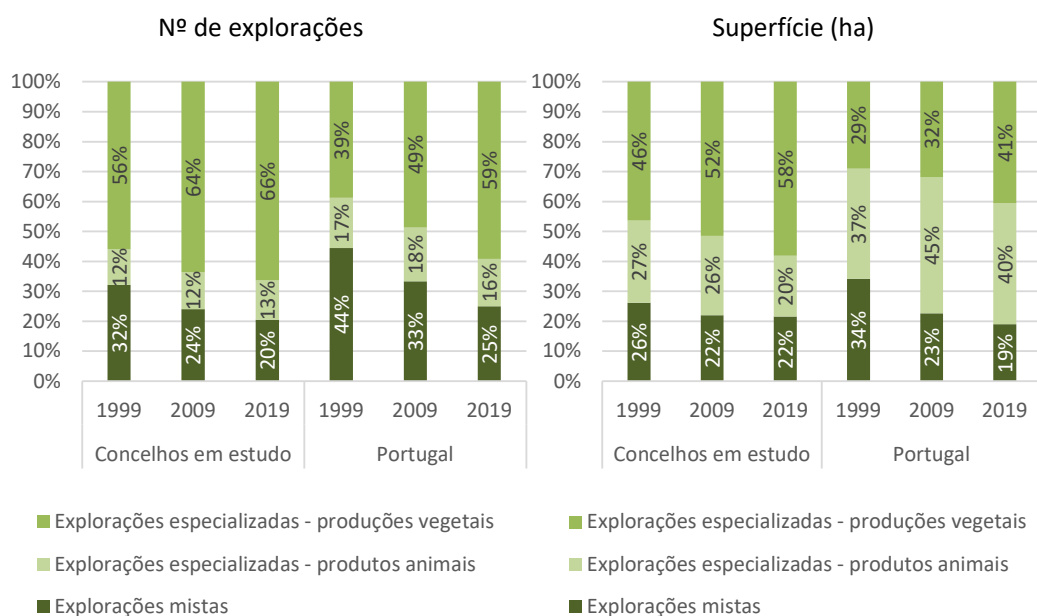


Figura 18 - Evolução da proporção de explorações (Nº e superfície) por Orientação técnico-económica (Nível I) nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

Olhando em particular para as explorações especializadas em produção vegetal, as atividades com maior importância em termos de número de explorações (Figura 19) são “outras culturas arvenses” (29,7%), ou seja, culturas arvenses que não incluam cereais, oleaginosas e proteaginosas, como é o caso do arroz ou das culturas destinadas à produção de forragens secas, de seguida os frutos frescos e citrinos (27,2%) e depois a cerealicultura, oleaginosas e proteaginosas (15,3%).

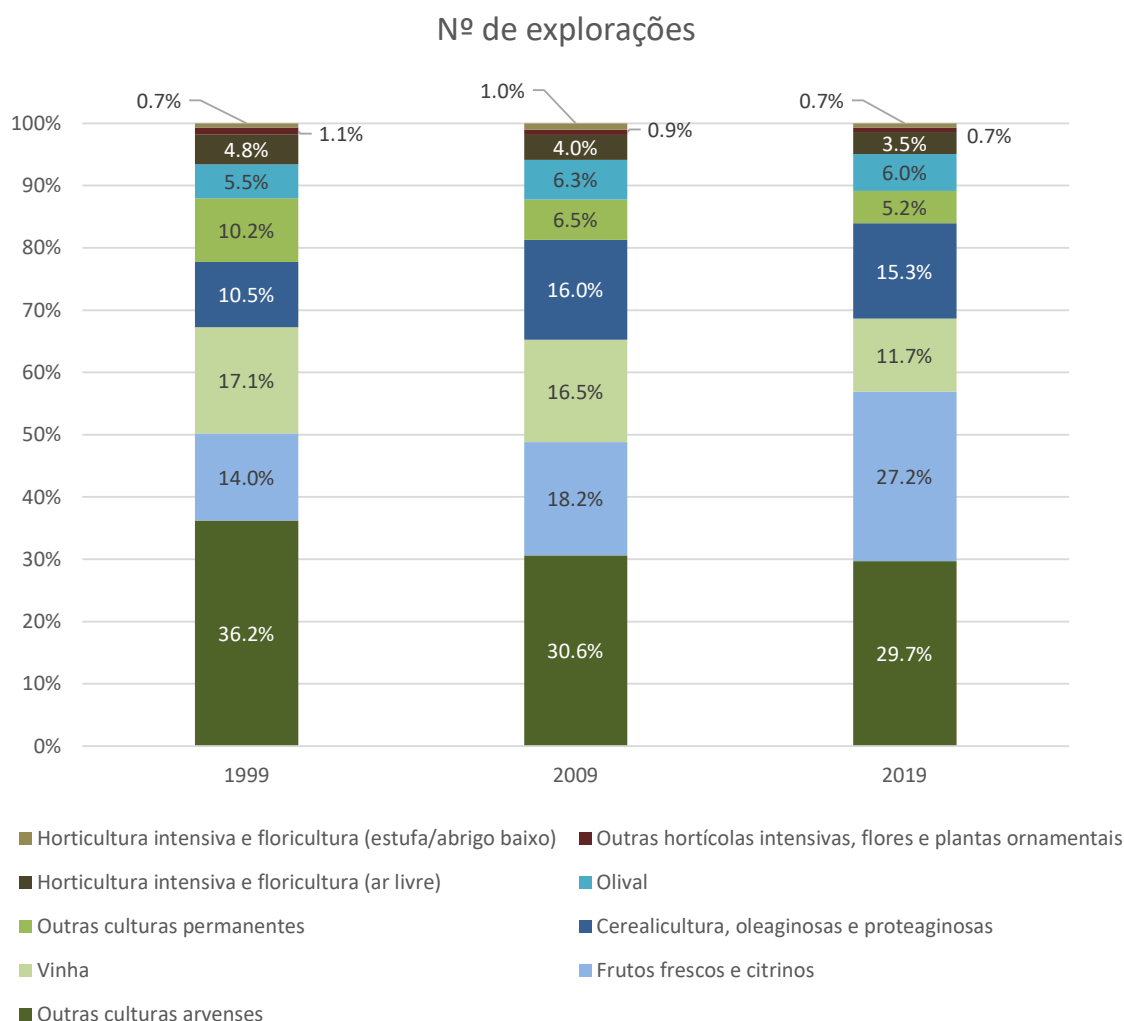


Figura 19 - Proporção de explorações (Nº) por Orientação-técnico-económica (Nível III)

A vinha, embora apareça apenas em 4º lugar pela importância em termos de explorações especializadas (11,7% em 2019), já teve uma maior importância: em 2009 era a terceira atividade em termos de explorações (16,5%) e a primeira em termos de superfície (23,3%), como se pode observar na Figura 19 e na Figura 20.

É de salientar a evolução da proporção de explorações com especialização em frutos frescos e citrinos, que entre 2009 e 2019 passou de 18,2% a 27,2%.

Em termos de área as OTE com maior importância são os frutos frescos e citrinos (21,4%), seguido do olival (21,2%) e finalmente a vinha (19,8%).

A horticultura e floricultura, no seu total, representam cerca de 7% da superfície e 5% das explorações, embora, como se vê à frente na análise das principais fileiras (Tabela 18), só a

horticultura intensiva ao ar livre representa cerca de 11,7% do Valor de Produção Padrão Total das explorações em estudo.

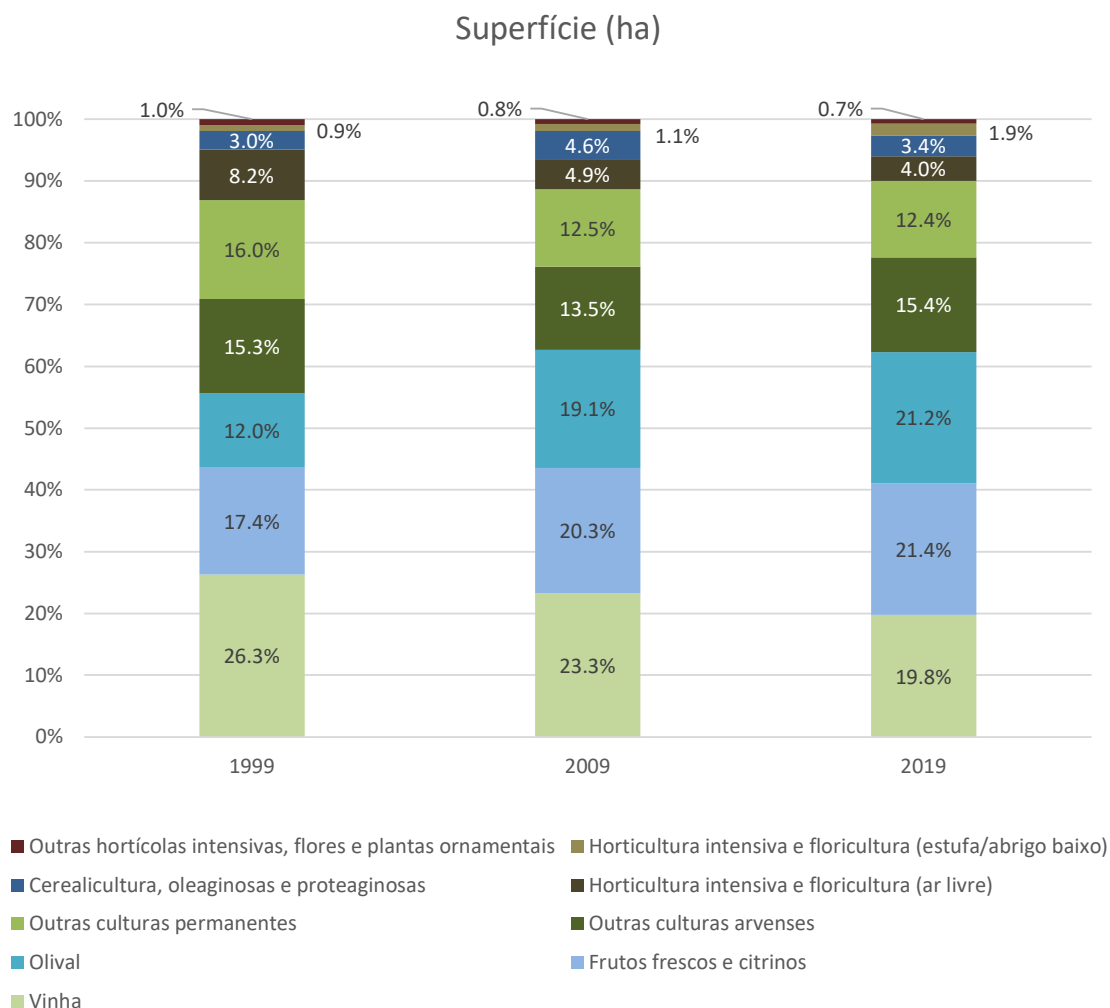


Figura 20 - Proporção de explorações (superfície em hectares) por Orientação-técnico-económica (Nível III)

4.3 GRAU DE MECANIZAÇÃO

Para caracterizar a mecanização e grau de mecanização das explorações foram analisados indicadores como a proporção de explorações com tratores e qual o regime de propriedade desses tratores (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), bem como o número de tratores das explorações por 100 hectares de SAU e número médio de tratores por exploração.

No que se refere à proporção de explorações com tratores, o indicador foi desagregado em explorações com tratores pertencentes e não pertencentes às explorações. Os primeiros integram explorações com tratores próprios e os últimos, explorações que podem recorrer, por

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

exemplo, a tratores de prestação de serviços. O somatório da proporção pode ser superior a 100%, como ocorreu em 2019, uma vez que uma exploração pode ter ambos os regimes de propriedade de um trator.

Relativamente aos recenseamentos agrícolas anteriores, tem havido uma tendência crescente relativamente à proporção das explorações agrícolas com tratores pertencentes às mesmas (Figura 21). Esta tendência traduziu-se num acréscimo de 18% entre 1999 e 2009 e de 3,4% entre 2009 e 2019 nos concelhos em estudo e, em Portugal, a tendência repetiu-se, registando acréscimos de 15% e 4%, respetivamente. Além disso, a proporção de tratores pertencentes às explorações agrícolas foi, em todos os anos, superior comparativamente à média nacional. Em 2019, este indicador, na área em estudo, foi 11% superior ao valor médio apurado para Portugal.

Relativamente a este indicador, os concelhos com maior percentagem de explorações com tratores pertencentes à exploração são Alpiarça (83,7%), Nazaré (80,1%), Almeirim (79,1%) e Cartaxo (73,8%). Já os com menos são Constância (37,1%), Alcanena (37,9%), Sardoal (43,4%) e Vila Velha de Ródão (47,3%).

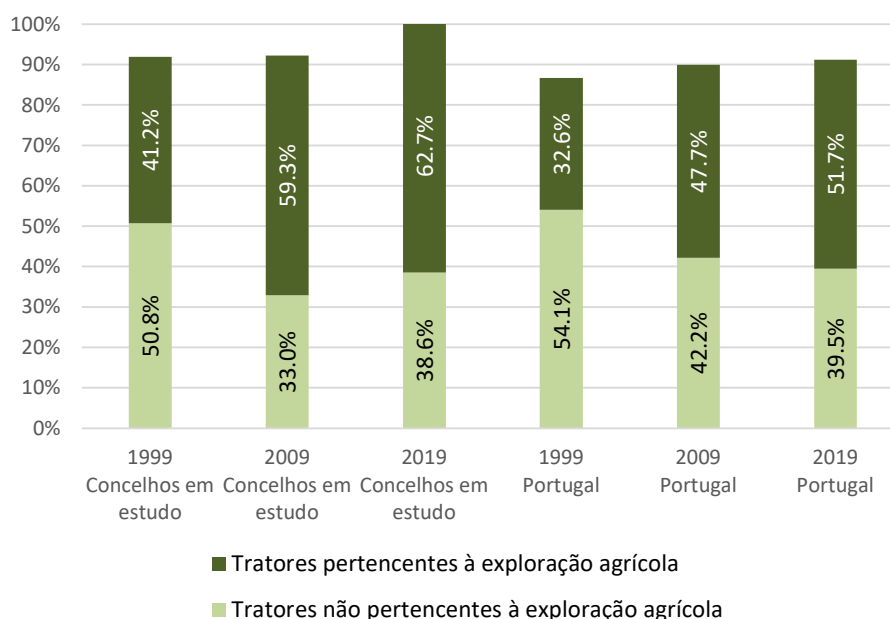


Figura 21- Evolução da proporção de explorações (%) com tratores e regime de propriedade dos mesmos, entre 1999 e 2019, nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

Relativamente aos recenseamentos agrícolas anteriores, tem havido um acréscimo do número de tratores próprios por exploração nos concelhos em estudo (Figura 22): entre 1999 e 2009 de 47% e entre 2009 e 2019 de 12%. No que se refere a Portugal, esta evolução também foi positiva. Nos períodos em análise, a evolução dos valores verificados a nível nacional foi semelhante aos verificados para os concelhos em estudo, ainda que os primeiros tenham sido inferiores. Em Portugal, o acréscimo entre 1999 e 2009 foi de 46% e entre 2009 e 2019 de 13%. Posto isto, o número de tratores próprios por exploração, nos concelhos em estudo, foi superior à média nacional, sendo os primeiros, em 2019, 38% superiores aos segundos.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Os concelhos com maior número de tratores próprios por exploração são a Golegã (1,73), Alcochete (1,53), Cartaxo (1,35) e Alpiarça (1,34) e os concelhos com menos tratores por exploração são Alcanena (0,46), Sardoal (0,49), Constância (0,52) e Vila Velha de Ródão (0,54), o que corresponde aos concelhos com menos explorações com trator próprio.

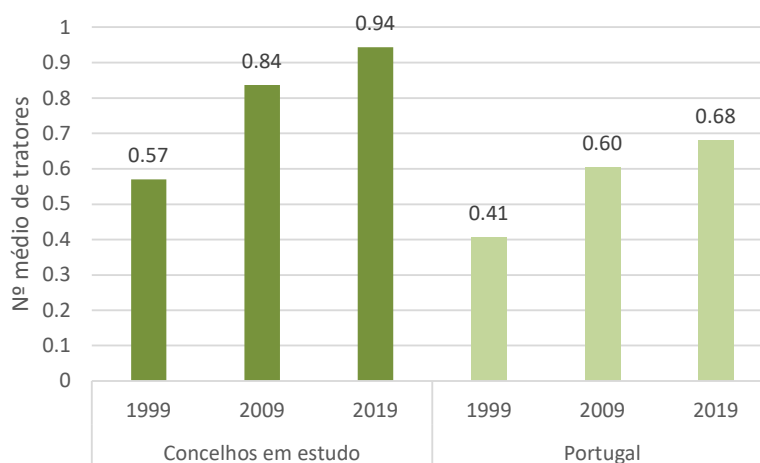


Figura 22 - Evolução do número médio de tratores por exploração nos concelhos em estudo e em Portugal, entre 1999 e 2019 (Fonte: INE)

Relativamente aos recenseamentos agrícolas anteriores, tem havido oscilações no que se refere ao número médio de tratores por 100 hectares de SAU nos concelhos em estudo (Figura 24). Entre 1999 e 2009 ocorreu um acréscimo de 27% deste indicador. No entanto, em 2019 ocorreu uma ligeira quebra (- 1,5%) comparativamente a 2009. Em Portugal, entre 1999 e 2009, verificou-se a mesma tendência que nos concelhos em estudo: um acréscimo de 14%. Contudo, entre 2019 e 2009, o número médio de tratores por 100 hectares de SAU manteve-se constante. Os valores verificados nos concelhos em estudo foram, notoriamente, superiores comparativamente à média nacional, sendo que, em 2019, este indicador correspondeu, na área em estudo, a mais do dobro do valor médio aferido para Portugal.

Os concelhos com mais tratores pertencentes às explorações por 100 hectares de SAU são Batalha (35,5), Ourém (31,5), Mação (27,1) e Alcobaça (24,0), sendo que Ourém e Batalha são os concelhos com menor dimensão média das explorações na área em estudo. Já os concelhos com menor densidade de tratores são Benavente (1,6), Coruche (1,7), Chamusca (1,9) e Constância (2,6), sendo estes concelhos com explorações de grandes dimensões em termos de área.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

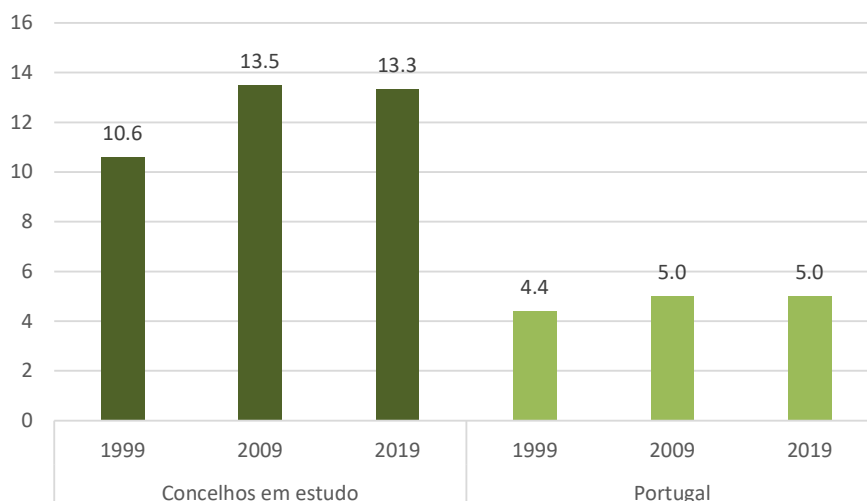


Figura 23 - Evolução do número médio de tratores por 100 hectares de SAU nos concelhos em estudo e em Portugal, entre 1999 e 2019 (Fonte: INE)

Há uma clara relação entre a classe de regadio e a proporção de explorações com trator próprio (

LOCAL

DIMENSÃO MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES (HA DE SAU)

Tabela 14). Isto é, os concelhos com mais regadio são aqueles com maior percentagem de explorações com tratores pertencentes à mesma. Qualquer um dos grupos de concelhos tem uma maior percentagem de explorações com trator próprio, quando comparado com a situação em Portugal.

Também é possível observar uma relação entre as classes de regadio e o número de tratores (das explorações) por exploração: enquanto que nos concelhos “principalmente regadio” há cerca de 1,25 tratores por exploração, nos “predominantemente sequeiro” há apenas cerca de 0,8 tratores por exploração. Dado que a dimensão média das explorações também varia desta forma, isto é, quanto maior a proporção de SAU regada, maior a dimensão da exploração em hectares (Tabela 16), é lógico que haja também mais tratores na classe de regadio em que as explorações são maiores.

Relativamente ao indicador número de tratores (pertencentes às explorações) por 100 hectares de SAU, este atinge o valor mais alto nos concelhos cuja SAU regada representa 26 a 50% da SAU total (cerca de 15,8 tratores por 100 hectares de SAU) e o valor mais baixo nos concelhos “principalmente de regadio” (9,5 tratores por 100 hectares de SAU). Neste caso, não há uma relação entre o indicador e as classes de regadio.

Tabela 16 - Percentagem de explorações com tratores pertencentes à exploração e número de tratores por exploração e por 100 hectares de SAU, por classe de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	% EXPLORAÇÕES COM TRATOR PRÓPRIO	Nº TRATORES POR EXPLORAÇÃO	Nº TRATORES POR 100 HA DE SAU
principalmente regadio	71,8%	1,25	9,5
Principalmente sequeiro	64,6%	0,97	15,8
Predominantemente sequeiro	58,1%	0,80	14,5
Portugal	51,7%	0,68	5,0

4.4 CARACTERIZAÇÃO DA IRRIGAÇÃO NA REGIÃO

De modo a caracterizar a irrigação na área em estudo foram analisados os métodos de rega utilizados na superfície regada. Existem dois métodos de rega principais, a rega por gravidade e a rega sob-pressão. Na rega por gravidade inclui-se a rega através de sulcos (tradicionais ou modernos) e outros métodos como o escoamento ou canteiros e caldeiras. A rega sob-pressão, que implica consumo de energia, divide-se em duas subcategorias: a aspersão, que inclui os aspersores, os canhões com enrolador e os pivots, e a rega localizada, que por sua vez inclui a rega gota-a-gota e a micro-aspersão. A rega localizada destaca-se como aquela com maior eficiência do uso da água.

Segundo os dados do RA19, do total dos 395.280 hectares de SAU em estudo, 113.600 (28,7%) são considerados superfície regada, ou seja, segundo o INE, “superfície agrícola da exploração ocupada por culturas temporárias principais, culturas permanentes e prados e pastagens permanentes que foram regadas pelo menos uma vez no ano agrícola”. Comparativamente com Portugal, a área em estudo tem cerca do dobro de percentagem de área regada, visto que em 3.963.945 hectares, apenas 566.203 (14,3%) são regados.

Ao nível da área regada, em 2019, os concelhos em estudo tinham em média cerca de 81,8% dessa área com métodos de rega sob-pressão, sendo 47,1% rega localizada e 34,7% rega por aspersão (Figura 24). A restante área (18,2%), que é regada por gravidade, inclui rega por sulcos (apenas 5,2% do total de área regada) e outros métodos por gravidade como o escoamento e canteiros ou caldeiras.

Comparativamente com o recenseamento agrícola anterior destaca-se o aumento da rega localizada na área em estudo, que representava 41,1% da área regada e passou a 47,1%. Os restantes métodos, excluindo “outros” métodos por gravidade, perderam importância.

Relativamente a Portugal, os concelhos em estudo têm em média mais área com rega sob-pressão, mas menos área regada com rega localizada.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

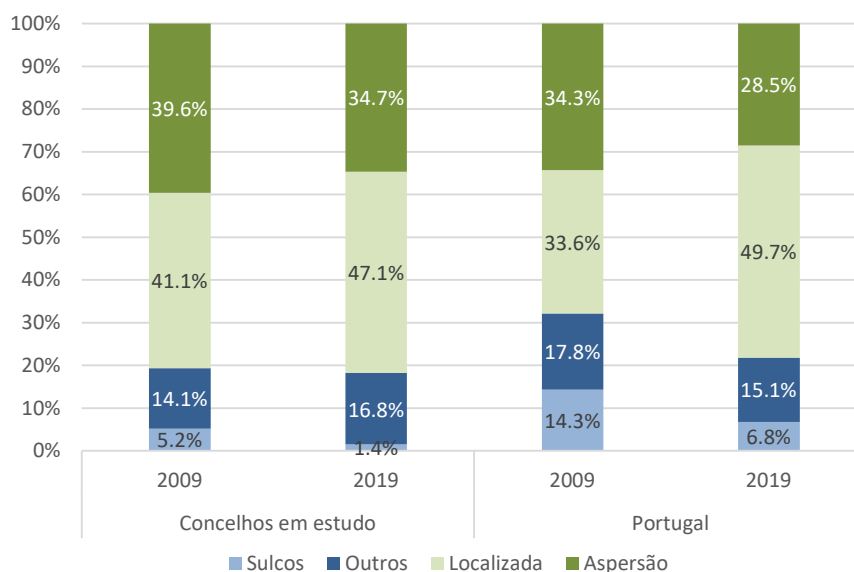


Figura 24 - Evolução da percentagem superfície por método de rega nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

Destacam-se os concelhos do Cadaval (97,8%), Sardoal (97,4%), Caldas da Rainha (91,5%) e Bombarral (85,6%) como aqueles com maior percentagem de rega localizada. Já o Entroncamento (5%), Alcochete (5,1%), Coruche (9,6%) e Benavente (12,5%) são aqueles com menor proporção.

Ao nível das classes de regadio qualquer uma delas tem maior proporção de SAU regada com métodos sob-pressão do que em Portugal (Tabela 17). A classe “predominantemente sequeiro” destaca-se por ter uma percentagem de área regada com rega localizada muito baixa, bastante abaixo da média nacional.

As várias classes de regadio têm muito menos área regada através de sulcos quando comparado com Portugal, e em duas das classes um pouco mais de área regada com outros métodos por gravidade.

Parece não haver qualquer relação entre as classes de regadio e a metodologia de rega das áreas regadas.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 17 – Percentagem de superfície por método de rega, por classes de regadio e em Portugal, em 2019 (Fonte: INE)

LOCAL	SOB-PRESSÃO		GRAVIDADE	
	ASPERSÃO	LOCALIZADA	SULCOS	OUTROS
principalmente regadio	33,2%	48,2%	1,1%	17,5%
Principalmente sequeiro	23,6%	56,0%	0,3%	20,2%
Predominantemente sequeiro	44,0%	39,7%	2,7%	13,6%
Portugal	28,5%	49,7%	6,8%	15,1%

Olhando em detalhe para a rega sob-pressão (Figura 25), uma vez que em média representa 81,8% da área regada dos concelhos, podemos observar que os métodos que se destacam nos concelhos em estudo são a rega gota-a-gota (localizada) e a rega por pivot (aspersão).

Apesar de, em proporção, a rega gota-a-gota representar menos superfície na área em estudo (55,9%) do que em Portugal (62%), este método de rega foi o único que aumentou desde o recenseamento agrícola anterior.

A rega através de pivots apesar de ter diminuído face ao recenseamento agrícola anterior representa cerca de 30% da área regada por métodos sob-pressão, bastante mais quando comparado com Portugal (apenas 18,5%).

Tanto a rega com canhão com enrolador (aspersão) como a micro-aspersão (localizada) têm pouca expressão, representando apenas 1,4% e 1,7% da área regada com métodos que implicam consumo de energia.

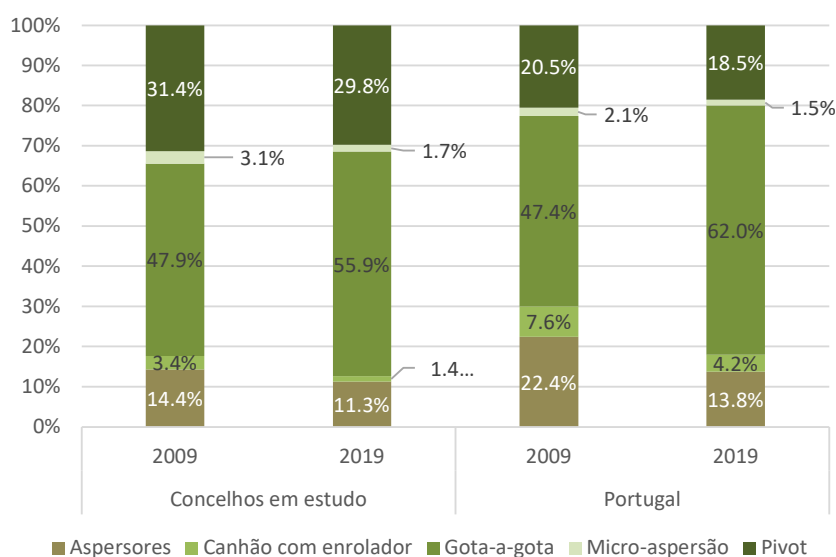


Figura 25 - Evolução da percentagem superfície por método de rega (sob-pressão) nos concelhos em estudo e em Portugal (Fonte: INE)

5 CARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS FILEIRAS AGRÍCOLAS

Tomando em consideração a caracterização da produção agrícola enunciada anteriormente neste documento é relevante caracterizar as principais fileiras produtivas da região.

As fileiras elegidas foram selecionadas devido ao seu importante impacto na agroeconomia regional (Tabela 19), e também pela sua ligação ao regadio regional.

Tabela 18 - Valor da produção padrão total (VPPT) na região agrária Ribatejo e Oeste, 2019
(Fonte: INE)

ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA	VPPT (€)	% TOTAL
Cerealicultura, oleaginosas e proteaginosas	52.390.912 €	6,77 %
vinha	50.789.421 €	6,57 %
horticultura intensiva ao ar livre	90.400.697 €	11,69 %
total produção vegetal	773.376.467 €	100 %

Desta forma, as fileiras elegidas para uma análise detalhada foram:

- Tomate para indústria
- Milho
- Vinha
- Pera
- Macã

Nestas fileiras foi realizada uma análise ao tecido produtivo, componente de comercialização dos produtos e uma análise à componente industrial.

5.1 TOMATE PARA INDÚSTRIA

A região em estudo tem nesta fileira uma forte contribuição positiva para o saldo da balança comercial agroalimentar nacional.

Veja-se que as exportações de preparados e conservados de tomate representaram, em 2020, uma entrada de 238 milhões de euros (GPP) para a economia portuguesa e que, por outro lado, 91% da produção nacional de tomate de indústria em 2020 foi proveniente da região agrária do Ribatejo e Oeste (INE).

5.1.1 PRODUÇÃO

Segunda dados oficiais do INE, a região agrária Ribatejo e Oeste é, historicamente, a principal produtora de tomate de indústria em Portugal. Nas últimas três décadas, esta região foi responsável, em média, pela produção de 83% de toda a produção nacional de tomate para indústria.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

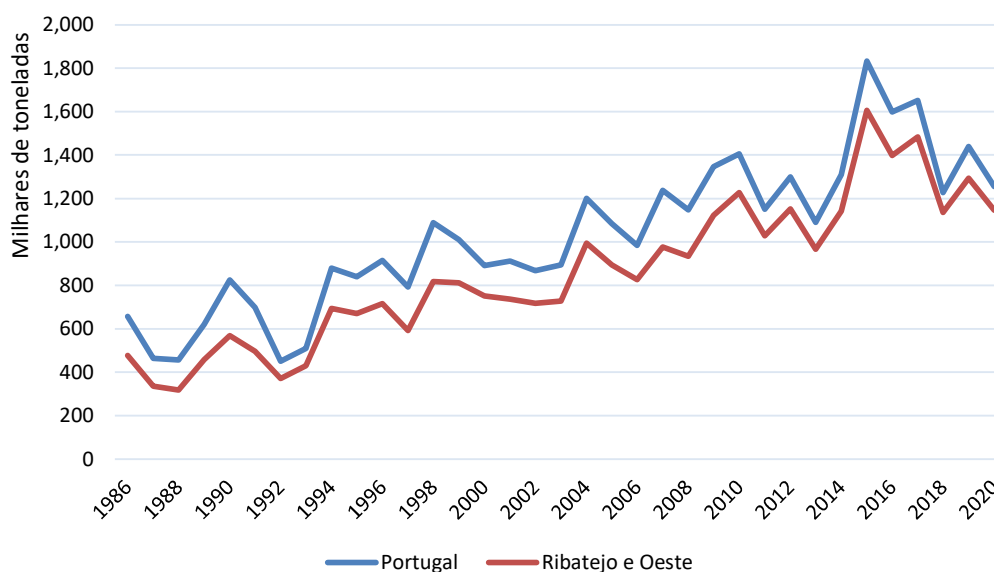


Figura 26 - Evolução da produção de tomate para indústria (Fonte: INE)

Relativamente à superfície dedicada à produção de tomate de indústria, podemos retirar da figura 28 que, embora a maioria da área se encontre na região agrária do Ribatejo e Oeste, a diferença relativa entre a região e o somatório nacional é maior que a produção. Esta diferença tem vindo a ser reduzida na última década, o que implica uma crescente importância da região agrária Ribatejo e Oeste na produção de tomate para indústria.

Por outro lado, é possível inferir que a produtividade por unidade de área é maior nesta região, o que implica não só uma maior apetência edafoclimáticas da região, em comparação com as restantes regiões do país, mas também é um sólido indicador de uma produção cada vez mais modernizada e eficiente na utilização do recurso superfície agrícola.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

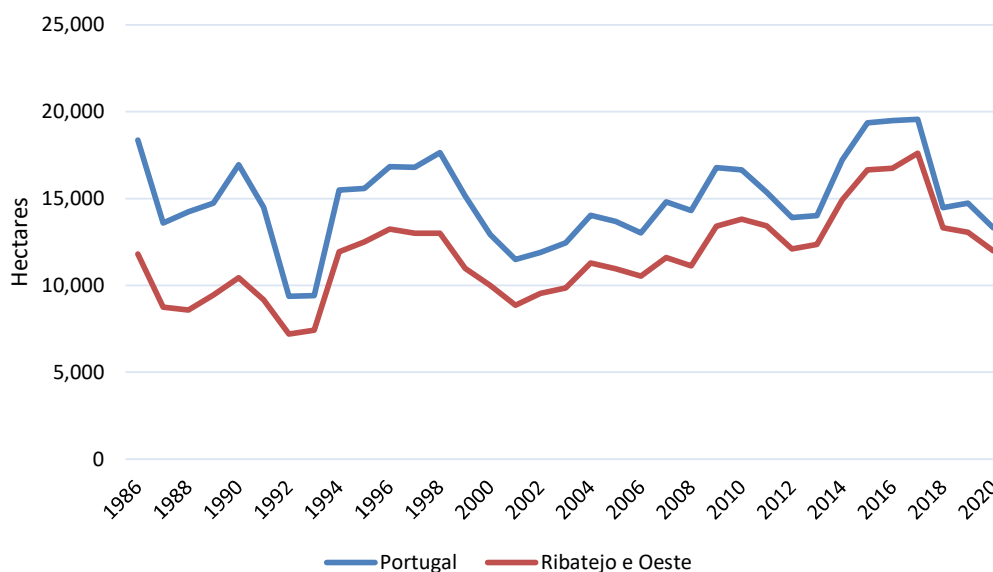


Figura 27 - Evolução da superfície de tomate de indústria (Fonte: INE)

Na Figura 29 é possível inferir a semelhança de produtividades médias na produção de tomate de indústria entre a região agrária do Ribatejo e Oeste e Portugal. No entanto, esta semelhança deve-se à grande expressão da produção da região face ao total nacional (91%, em 2020) referida anteriormente.

Analisando em maior detalhe a evolução da produtividade na região e no país, nas últimas três décadas a produtividade por unidade de área duplicou. Este fenómeno deriva de diferentes variáveis, como modernização tecnológica, melhoria das variedades utilizadas, maior eficiência na utilização de recursos, ou mesmo a evolução da profissionalização da atividade. No entanto, importante referir que existe uma forte vocação da região para a otimização da sua produção e, seguindo uma linha de tendência, é uma fileira em constante crescimento produtivo.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

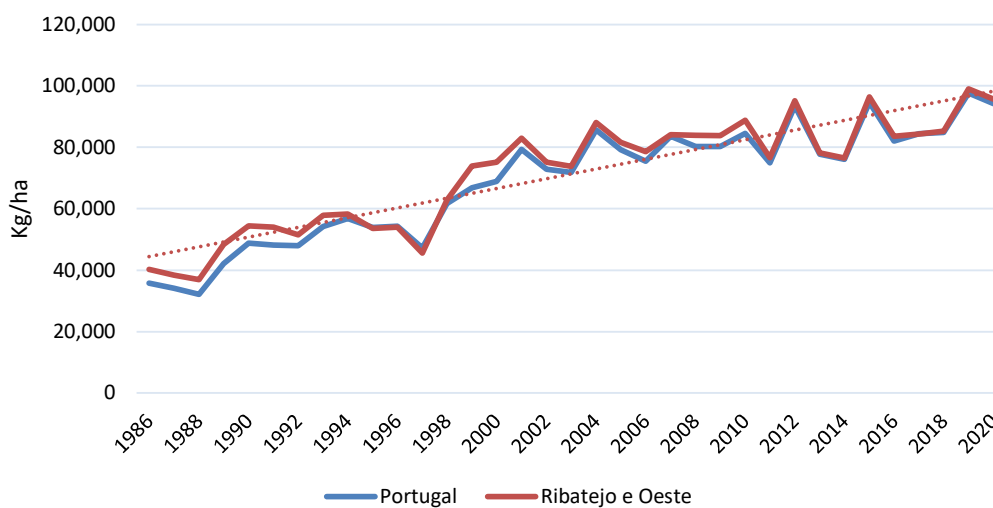


Figura 28 - Evolução da produtividade do tomate de indústria (Fonte: INE)

5.1.2 COMERCIALIZAÇÃO

Sendo a região em estudo responsável pela produção da vasta maioria de tomate de indústria em Portugal, torna-se relevante o estudo dos indicadores nacionais de comércio externo. Desta forma é possível ver a importância desta fileira para a região, mas também para o país.

O comércio externo do tomate preparado ou conservado é um importante contribuinte para o saldo da balança comercial agroalimentar. Em quantidade, o saldo do comércio externo deste produto foi de aproximadamente 300.000 toneladas. Em relação ao consumo doméstico de tomate transformado, este foi cerca de 35%, o que revela a forte orientação exportadora desta fileira.

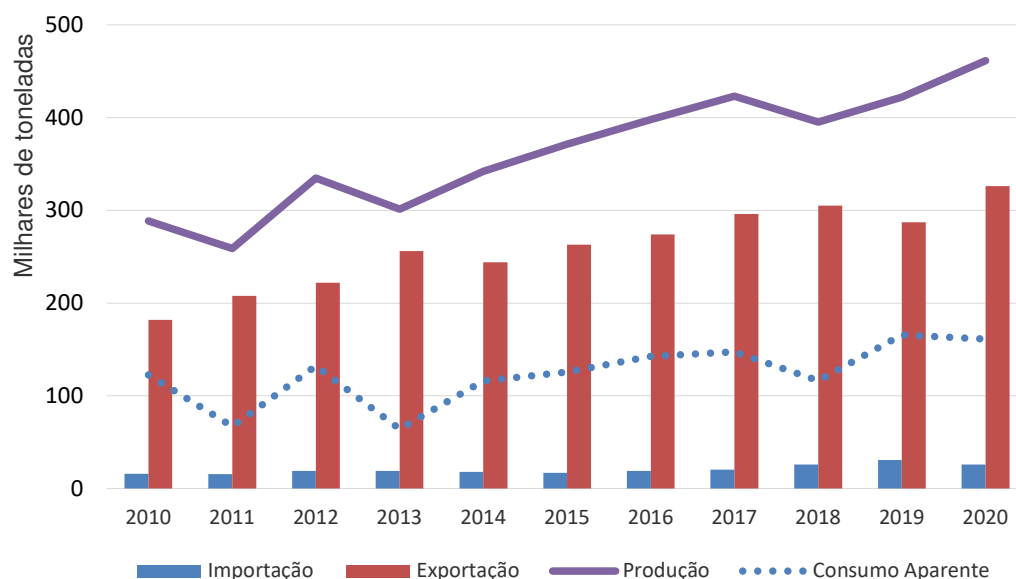


Figura 29 – Evolução da Importação, Exportação, Produção e Consumo Aparente Tomate Preparado ou Conservado (Fonte: GPP)

5.1.3 TRANSFORMAÇÃO

Existe um total de 24 empresas com atividade económica em preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos, onde se inclui a transformação de tomate para indústria, nas regiões da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste.

Este setor agroalimentar representa um Valor Acrescentado Bruto (VAB) para a Região de aproximadamente 32,5M€ (Tabela 19).

Tabela 19 - Número de empresas e Valor Acrescentado Bruto, em 2019, das empresas de Preparação e Conservação de Frutos e de Produtos Hortícolas por Outros Processos. (Fonte: INE)

PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTOS E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS POR OUTROS PROCESSOS	LEZÍRIA DO TEJO	MÉDIO TEJO	OESTE	TOTAL
Número de empresas (nrº)	7	8	9	24
Valor acrescentado bruto (€)	20.973.014 €	491.172 €	10.957.149 €	32.421.335 €

5.2 MILHO

A fileira de produção de milho corresponde a outra importante fileira da região em estudo. Portugal, embora deficitário na produção de cereais e, nomeadamente, de milho, tem na região agrária Ribatejo e Oeste uma das principais regiões produtivas.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Esta região produziu em 2020 cerca de 36% da produção de milho nacional, correspondendo à maior região produtora de milho em Portugal.

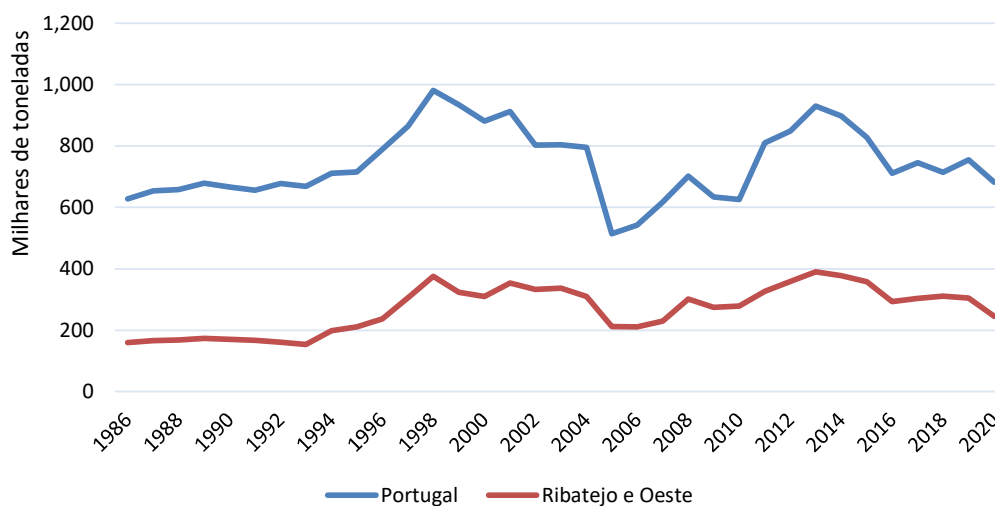


Figura 30 - Evolução da produção de milho (Fonte: INE)

Sendo a produção de milho maioritariamente realizada através de regadio, é importante para a análise da fileira interpretar a informação que faz a distinção entre os dois modos de produção.

No caso da região agrária do Ribatejo e Oeste, a produção é quase totalmente realizada através de regadio, em linha com o resto do país.

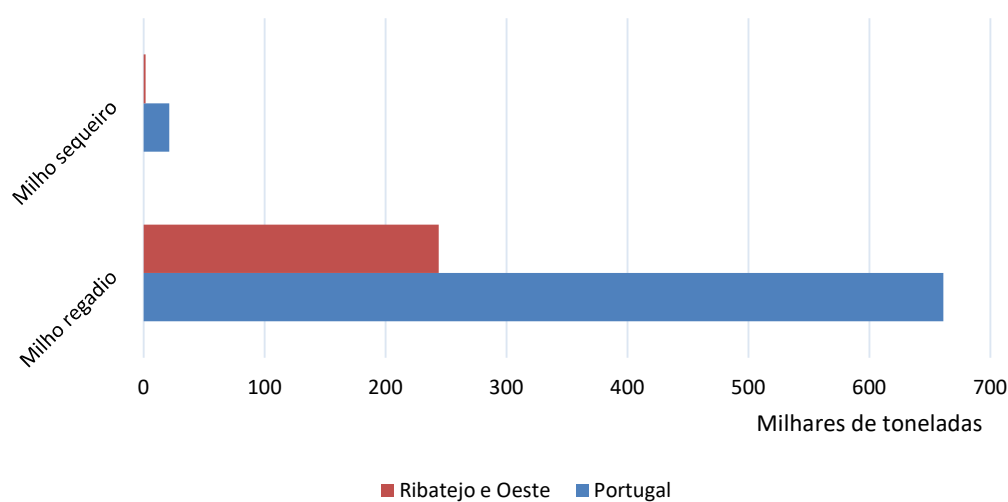


Figura 31 - Produção de milho em regadio e em sequeiro no ano de 2020 (Fonte: INE)

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

No entanto, se analisarmos os concelhos da região do estudo e ao segmentar a informação por superfície regada em relação à superfície agrícola utilizada, podemos constatar que os concelhos onde a rega é mais frequente (“principalmente regadio”) são aqueles que menores diminuições de número de explorações apresentam.

Em 1989 existiam 24.639 explorações agrícolas com produção de milho na região, enquanto que em 2019, este número foi de 3.505. Como se pode constatar na Tabela 20, os concelhos onde existe regadio foram os mais resilientes nesta tendência decrescente do número de explorações.

Tabela 20 - Variação do número de explorações com a cultura do milho (Fonte: INE)

CLASSES EM FUNÇÃO DA SUPERFÍCIE REGADA DOS CONCELHOS DA REGIÃO DO ESTUDO	VARIAÇÃO DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES ENTRE 1989 E 2019
Principalmente regadio	-63,7%
Principalmente sequeiro	-86,1%
Predominantemente sequeiro	-90,1%

Por outro lado, a componente da produção da fileira do milho mostra um nível de resiliência, a nível de superfície ocupada pela cultura, contrastante com a linha de tendência decrescente do cenário nacional. Em 2020, 28% da superfície de milho em Portugal estava localizada na região agrária Ribatejo e Oeste.

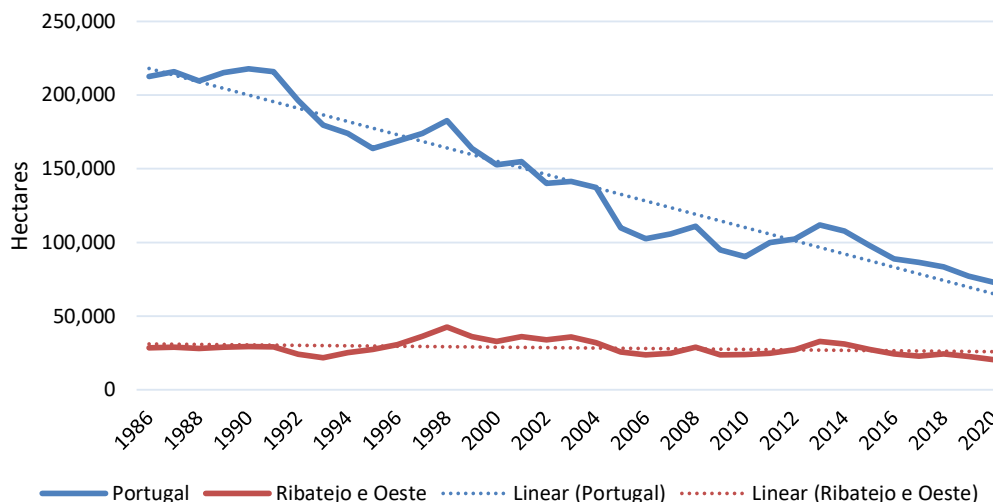


Figura 32 - Evolução da superfície de milho (Fonte: INE)

De uma forma semelhante à distribuição da produção de milho, em relação à utilização de regadio, em Portugal e na região agrária Ribatejo e Oeste, a superfície do milho regado nesta região é cerca de 30% do total nacional.

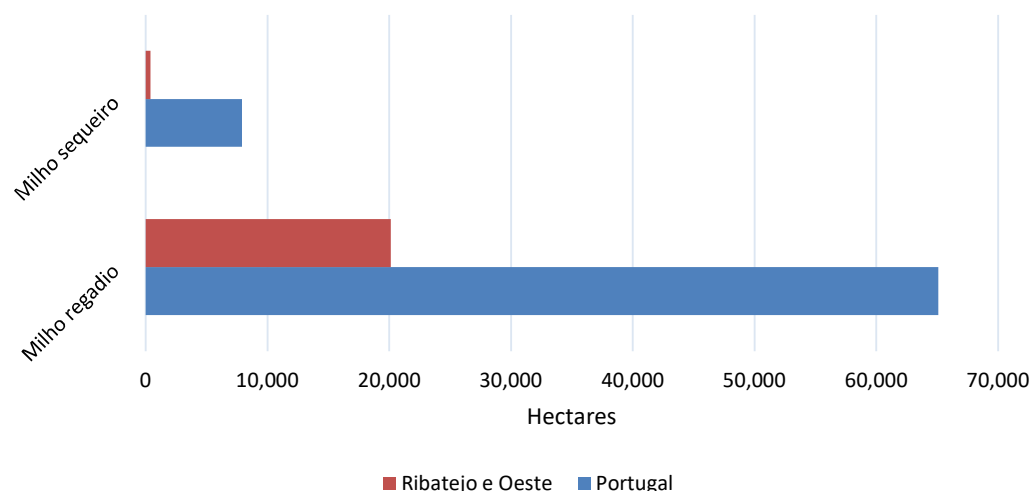


Figura 33 - Superfície de milho em regadio e sequeiro (Fonte: INE)

A produtividade de produção de milho por unidade de área tem sido crescente em Portugal. A produtividade média nacional em 2020 é semelhante à produtividade média da região agrária do Ribatejo e Oeste há duas décadas.

A fileira do milho na região em estudo é uma referência a nível de produtividade. Não obstante das condicionantes edafoclimáticas, o regadio e as suas boas práticas associadas podem explicar em parte a superior produtividade regional em comparação com a média nacional.

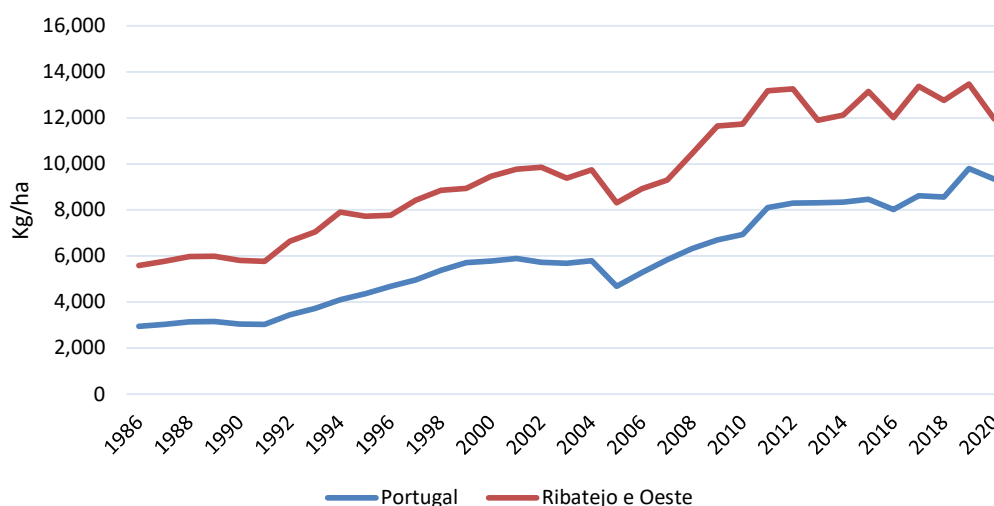


Figura 34 - Evolução da produtividade do milho (Fonte: INE)

5.2.1 COMERCIALIZAÇÃO

Como mencionado anteriormente, Portugal é altamente deficitário na produção de cereais, sendo que em 2019 o grau de auto-aprovisionamento foi de 27,7%.

Por outro lado, a orientação exportadora da produção de milho nacional foi de 20,1%, o que implica que cerca de uma em cinco toneladas de milho produzidas são exportadas. A quantidade restante é consumida ou apanhada em Portugal.

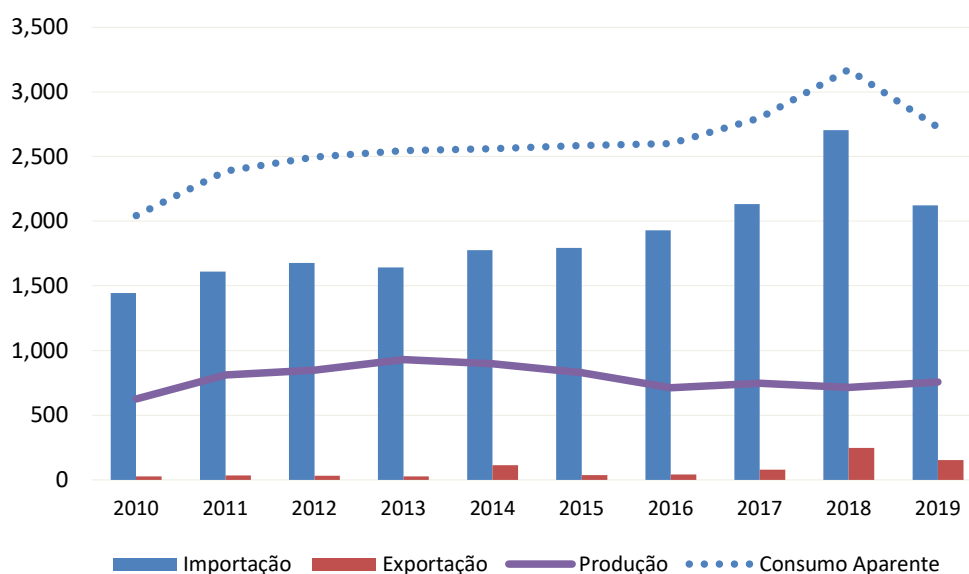


Figura 35 – Evolução da Importação, Exportação, Produção e Consumo Aparente de milho em Portugal (Fonte: GPP)

A comercialização de cereais, nomeadamente de milho, entra num mercado nacional dominado por produtos importados. Por essa razão, o preço praticado em Portugal na comercialização ao produtor é indexado à referência europeia do preço do cereal, o mercado de Bordéus. Em novembro de 2021, o preço do milho encontra-se a 256€/ton, o que corresponde a uma subida no seu valor na ordem dos 29,2% desde o início do ano. Esta tendência crescente do preço do milho teve início depois dos primeiros meses da crise pandémica em 2020, quando o preço do milho se encontrava a 167€/ton (Fonte: Mercado de Bordéus).

As preocupações de segurança alimentar, ou seja, a capacidade de um país ou de um bloco em providenciar a sua população com bens primários, como são os cereais, justificam em parte a valorização do preço deste produto no enquadramento mundial. O aumento do preço, vem, por um lado, salvaguardar a decrescente produção nacional, mas, por outro lado, reforça a importância da existência de produção nacional para salvaguardar a população de crises futuras e garantir alimentos a preços acessíveis.

5.2.2 TRANSFORMAÇÃO

A componente da transformação na fileira do milho pode ser retratada ao ser feita a análise às empresas com atividade na moagem de cereais e transformação de cereais e leguminosas, não especificados. Nas regiões da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste, existiam em atividade 24 empresas nestas categorias, sendo que a maior parte de encontra na região do Oeste e não existem registo de atividades económicas nestas categorias na região da Lezíria do Tejo, em 2019. Quando à região do Médio Tejo, existem 6 empresas com esta atividade económica, sendo que 5 são empresas de moagem de cereais e uma enquadra-se na atividade de transformação de cereais e leguminosas, não especificadas.

Tabela 21 - Número de empresas de moagem de cereais e transformação de cereais e leguminosas., em 2019. (Fonte: INE)

	LEZÍRIA DO TEJO	MÉDIO TEJO	OESTE	TOTAL
Número de empresas (nrº)	0	6	14	24
Moagem de cereais	0	5	13	18
Transformação de cereais e leguminosas	0	1	1	2

5.3 VINHA

A produção de vinho nos 43 concelhos da região em estudo representa 33,1% da produção nacional, sendo esta uma importante fileira na região e no país. Pertencente à região em estudo encontra-se a região vitivinícola Tejo que na campanha de 2020 produziu aproximadamente 7% do total de vinho em Portugal.

A nível da produção de uva a região agrária do Ribatejo e Oeste, zona mais representativa dos concelhos contemplados neste estudo, representa 37% do total nacional. Esta proporção da produção regional e nacional manteve-se estável nos últimos 30 anos.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

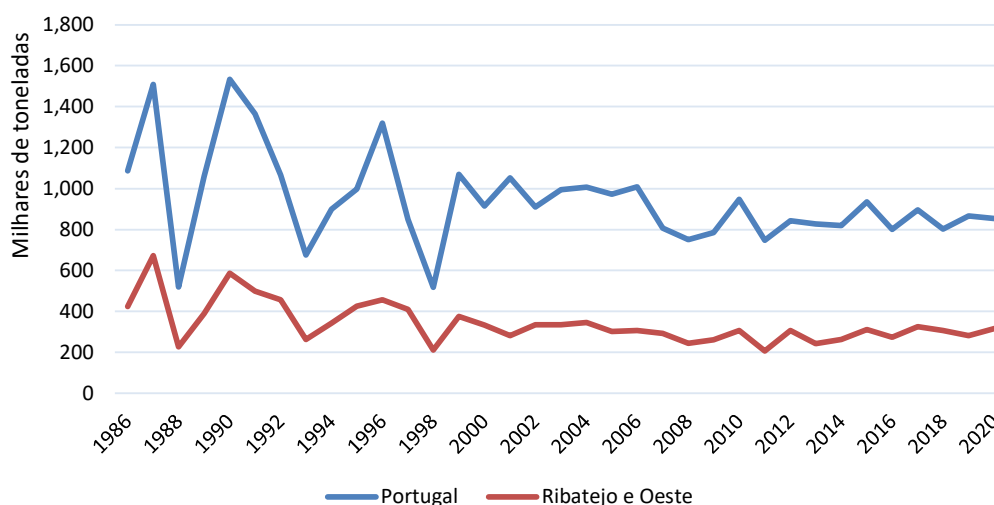


Figura 36 - Evolução da produção de uva (Fonte: INE)

A superfície de vinha da região apresenta uma tendência de decréscimo de área em linha com o cenário nacional, sendo que atualmente a área de vinha na região agrícola Ribatejo e Oeste corresponde a aproximadamente 19% do total nacional.

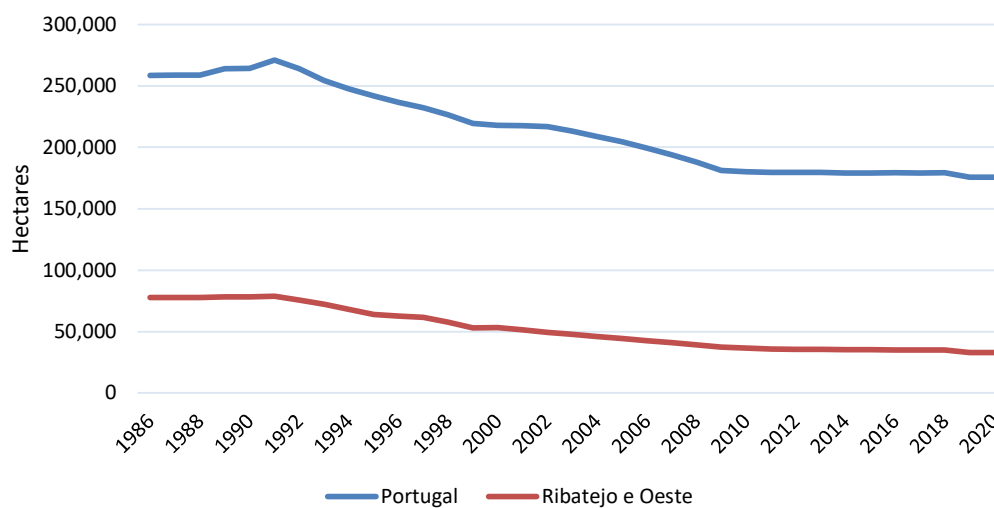


Figura 37 - Evolução da superfície de vinha (Fonte: INE)

A produtividade de uva por unidade de área, contrastando com outros indicadores da produção, tem seguido uma tendência crescente na última década. A produtividade na região agrícola Ribatejo e Oeste apresentava uma produtividade média na ordem das 5,5 ton/ha na década de 1990 e, atualmente, o valor médio situa-se nas 8,5 ton/ha. Este crescimento contrasta com a produtividade nacional, que segue relativamente inalterada com valores na ordem das 4,5 ton/ha de uva.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

No caso específico da cultura da vinha, o regadio contribui para a uniformidade de produção e não tanto para o aumento de níveis produtivos. O regadio confere ao agricultor um maior controlo sobre a sua cultura, quer a níveis de produtividade, quer a nível da qualidade do seu produto (i.e. Grau Brix da uva).

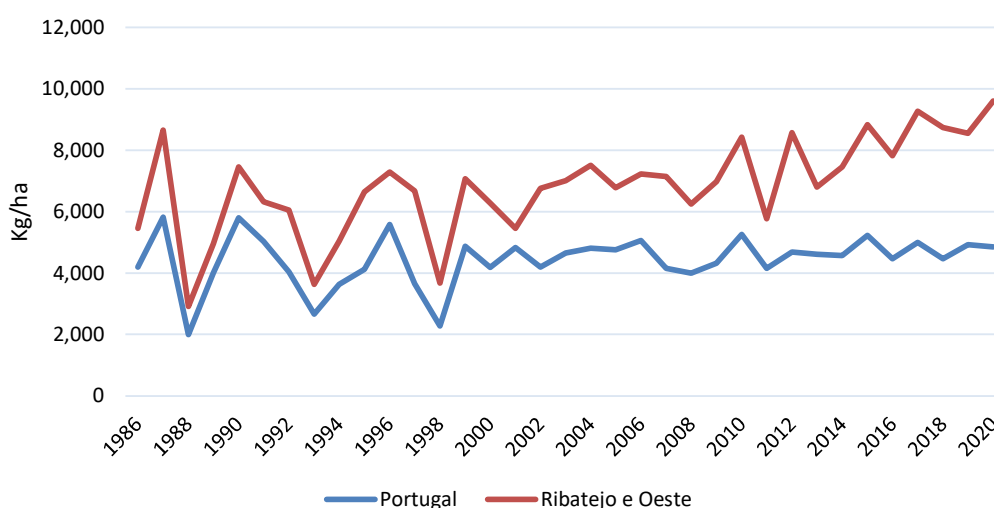


Figura 38 - Evolução da produtividade da vinha (Fonte: INE)

5.3.1 COMERCIALIZAÇÃO

Quanto à comercialização de vinho, em Portugal, a maioria deste produto é certificado e é comercializado como tal (Tabela 22).

Tendo em consideração os concelhos abrangidos por este estudo, a comercialização de vinho certificado em relação ao vinho total comercializado é de 85%. Deste vinho certificado, em 2020, 81% possuía a certificação de Denominação de Origem Protegida (DOP) e 19% possuía a certificação de Indicação Geográfica Protegida (IGP).

As certificações de indicação de origem, para além do seu aspeto diferenciador de mercado, fazem com que a produção regional responda a regras específicas consoante a tipologia de vinho. Estas certificações conferem também uma proteção dos produtos no mercado europeu e mundial, impedindo a sua cópia ou aproveitamento da marca.

Tabela 22 - Produção de vinho durante a campanha de 2020 (Fonte: IVV)

PRODUÇÃO DE VINHO (HL)	VINHO COM DOP	VINHO COM IGP	VINHO TOTAL
Concelhos da região em estudo	1.477.537	332.159	2.123.369
Portugal	2.360.673	2.639.375	6.418.030

Nos últimos 3 anos, a produção de vinho certificado da região vitivinícola Tejo aumentou cerca de 14% correspondendo a um aumento de 14% do vinho certificado IGP (Tabela 23).

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Relativamente ao vinho certificado DOP, a sua comercialização aumentou do ano 2018 para 2019, mas no último ano da série diminuiu em cerca de 40.000 litros de vinho.

Tabela 23 - Comercialização de vinho certificado da região vitivinícola Tejo (Fonte: IVV)

VINHO CERTIFICADO TEJO (L)	2018	2019	2020
IGP	4.732.215	5.138.255	5.398.176
DOP	435.025	544.256	503.578
Total	5.167.240	5.682.511	5.901.754

Ao nível dos canais de comercialização do vinho certificado proveniente da região Tejo, em 2020, a distribuição foi o principal, correspondendo a 81,9% do total de vinho certificado comercializado no mesmo período. Ao nível da restauração, assistimos a um ligeiro aumento do vinho certificado Tejo comercializado no período 2018 e 2019, no entanto, no ano de 2020 existiu uma quebra de cerca de 30% na quantidade de vinho comercializado através do canal da restauração. Este fenómeno não foi único para o vinho certificado da região vitivinícola Tejo, mas foi transversal a todo o vinho comercializado. A diminuição da importância, em volume, do canal da restauração teve como principal justificação o período de pandemia e as medidas de controlo da mesma, prejudicando este canal como via de comercialização de vinho.

Tabela 24 - Canais de comercialização de vinho certificado da região vitivinícola Tejo (Fonte: IVV)

VINHO CERTIFICADO TEJO (L)	2018	2019	2020
Restauração	1.559.489	1.606.401	1.064.192
Distribuição	3.607.751	4.076.110	4.837.562
Total	5.167.240	5.682.511	5.901.754

5.3.2 TRANSFORMAÇÃO

No caso particular da fileira do vinho, a produção e a transformação encontram-se muito próximas. Muitas explorações agrícolas contam com unidades de transformação da uva em vinho. Este fenómeno representa uma integração vertical no sentido da produção-transformação, o que por sua vez, implica uma acumulação de valor acrescentado na produção.

Na Tabela 25, a região do Oeste possuía, em 2019, um maior número de empresas com atividade na indústria do vinho. No entanto, o Valor Acrescentado Bruto por empresa na Região da Lezíria do Tejo é superior. No total, este setor da indústria do vinho contribui em valor acrescentado bruto para a região aproximadamente 46,5 milhões de euros anualmente, sendo um importante eixo para a economia regional.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 25 – Número de empresas e Valor Acrescentado Bruto das empresas da indústria do vinho em 2019 (Fonte: INE)

	LEZÍRIA DO TEJO	MÉDIO TEJO	OESTE	TOTAL
Número de empresas (nrº)	60	14	87	161
Valor acrescentado bruto (VAB) (€)	25.648.769 €	-	30.822.765 €	56.471.534 €
VAB (€) / empresa	427.479 €	-	354.284 €	350.754 €

5.4 PERA

A fileira de pera nos concelhos da região em estudo assume uma grande importância há várias décadas, representando praticamente a totalidade de produção nacional.

5.4.1 PRODUÇÃO

Em 2020 representou 87,9% da totalidade nacional deste bem. Tem existido uma clara organização desta fileira nos últimos anos, bem como na certificação da produção, contado com mais de 75% de produção certificada, sendo o produto agrícola com maior quota de certificação (GPP, 2022). Nos últimos 10 anos tem-se assistido a uma estabilização da produção, fenómeno que foi antecedido por um aumento muito significativo desde os anos 90, transparecendo a grande aposta que foi feita neste sector durante esses anos.

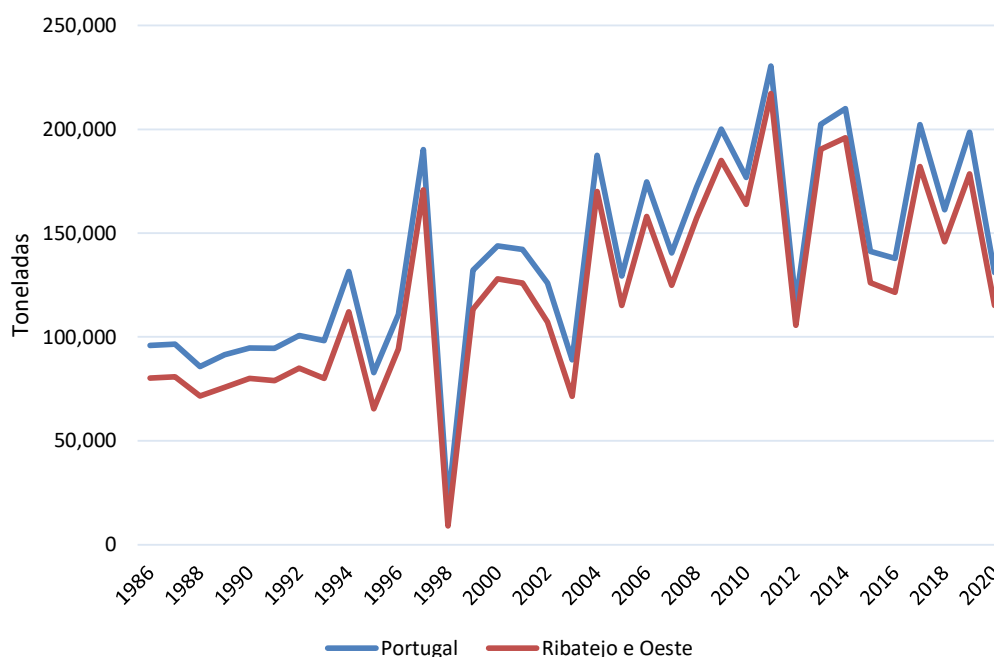


Figura 39 - Evolução da produção de pera (Fonte: INE)

A área de pomares de pera, nos últimos anos tem sido relativamente estável, acompanhando bastante a tendência nacional. Apesar de ter existido um grande incremento da produção,

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

revelando um melhor aproveitamento do solo. No ano de 2020 correspondia a 84% da área nacional de pomares de pera.

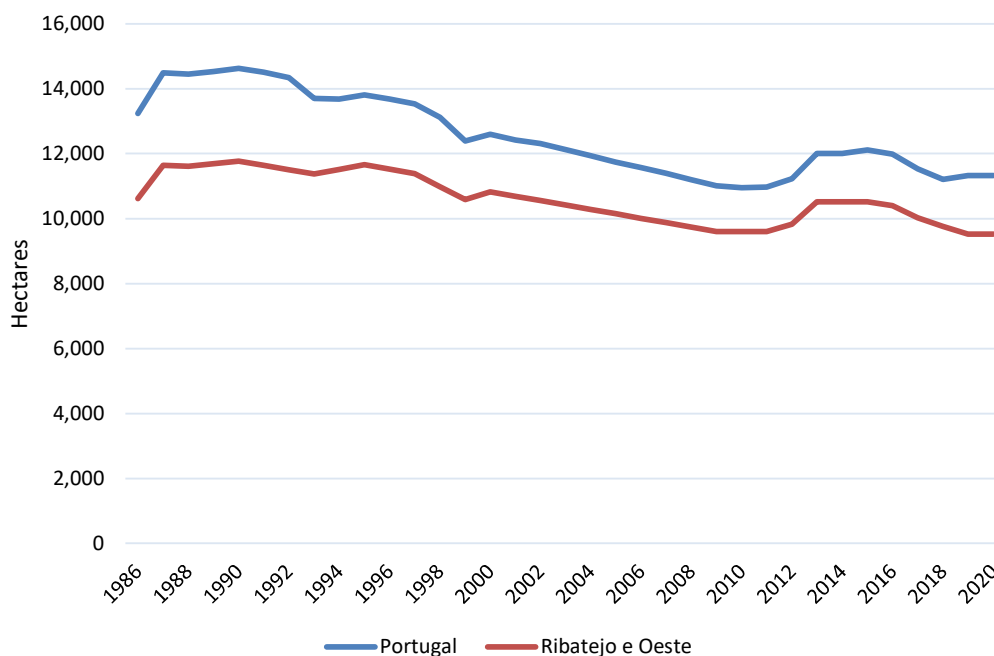


Figura 40 - Evolução da superfície de pera (Fonte: INE)

O incremento da produção patente dos últimos anos e em particular nas regiões analisadas aliado à estabilidade da superfície de pomares promoveu um aumento expressivo da produtividade. Há que notar que a produtividade nacional foi sempre superior nos concelhos do Ribatejo e Oeste, revelando-se mais expressiva nos últimos anos afastando-se positivamente. Em 1990 a produtividade na Região era 6,8 ton/ha e atualmente situa-se, em média, nas 12 ton/ha.

Parece bastante claro que a este aumento de produtividade é explicado pelo investimento e modernização no sector da pera aliados uma melhoria das técnicas utilizadas.

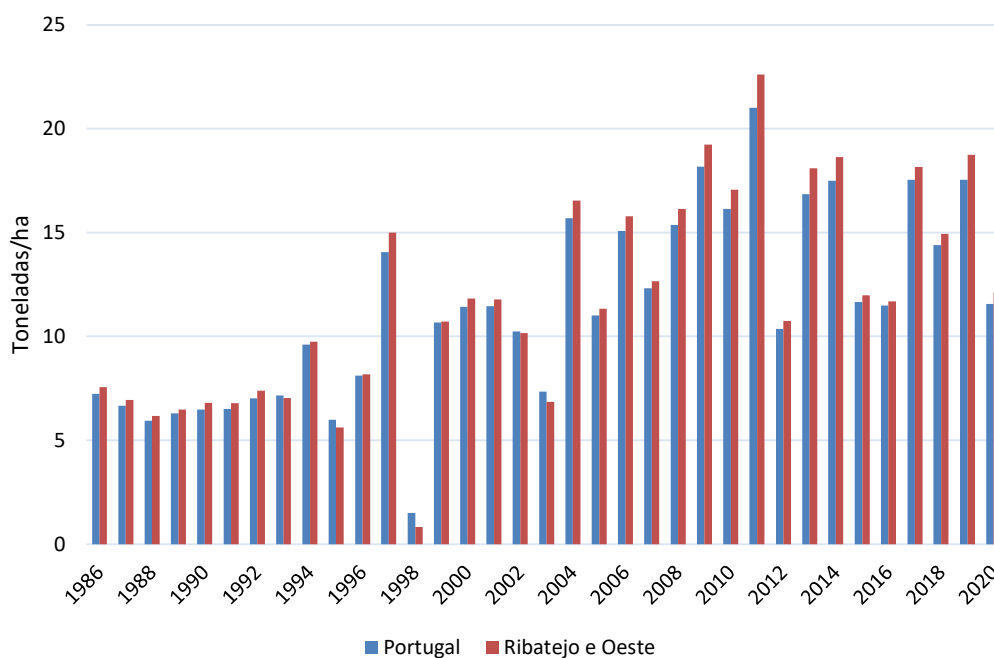


Figura 41 - Evolução da produtividade (ton/ha) em pera (Fonte: INE)

5.4.2 COMERCIALIZAÇÃO

Na fileira da pera é de extrema importância referir, principalmente na região do Ribatejo e Oeste, a certificação da pera mais abundantemente produzida, Pera Rocha do Oeste. Trata-se de um produto DOP que apenas pode ser produzida nos concelhos de Sintra, Mafra, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Vila Franca de Xira, Azambuja, Torres Vedras, Cartaxo, Lourinhã, Bombarral, Cadaval, Santarém, Rio Maior, Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha, Torres Novas, Alcanena, Alcobaça, Nazaré, Porto de Mós, Batalha, Tomar, Ferreira do Zêzere, Vila Nova de Ourém, Leiria, Marinha Grande e Pombal. Estes concelhos correspondem a grande parte do território do Ribatejo e Oeste.



Figura 42. Área geográfica protegida da Pera Rocha (DGADR, 2022)

O preço da pera rocha paga ao agricultor tem aumentado ao longo dos anos, em todas as categorias de comercialização. A pera mais valorizada foi em 2021, pera rocha biológica (1,60 €/kg), seguida da pera de maior calibre (1,15 €/kg).

Tabela 26 - Evolução dos preços de pera (€/kg) ao produtor, por tipologia (Fonte: SIMA)

	2019	2020	2021	Média por categoria
PERA ROCHA				
BIOLÓGICA				
NÃO CALIBRADO	1,40 €	1,49 €	1,60 €	1,51 €
SE				
> 75 MM	0,91 €	1,03 €	1,08 €	1,01 €
55-60 MM	0,49 €	0,62 €	0,69 €	0,62 €
60-65 MM	0,64 €	0,75 €	0,79 €	0,74 €
65-70 MM	0,81 €	0,90 €	0,94 €	0,89 €
70-75 MM	0,93 €	1,02 €	1,08 €	1,02 €
75-80 MM		1,15 €	-	1,15 €
SP				
NÃO CALIBRADO		0,47 €	0,49 €	0,48 €
MÉDIA GLOBAL	0,77 €	0,90 €	0,92 €	0,87 €

Ao nível do comércio externo, nos últimos 10 anos, a média de exportação tem sido perto das 100 mil toneladas, superando bastante o consumo. Deste modo, o grau de

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

autoaprovisionamento foi em 2020 de 260,2%. Portugal tem, deste modo, uma orientação exportadora bastante vinculada.

Apesar de o consumo aparente em Portugal parecer não aumentar, existe uma grande perspetiva de aposta em mercados de interesse quer dentro da Europa quer em países terceiros. Para além disso, o objetivo de comercialização da pera Rocha durante todo o ano, apostando na capacidade de conservação poderá ter um papel importante na absorção da produção.

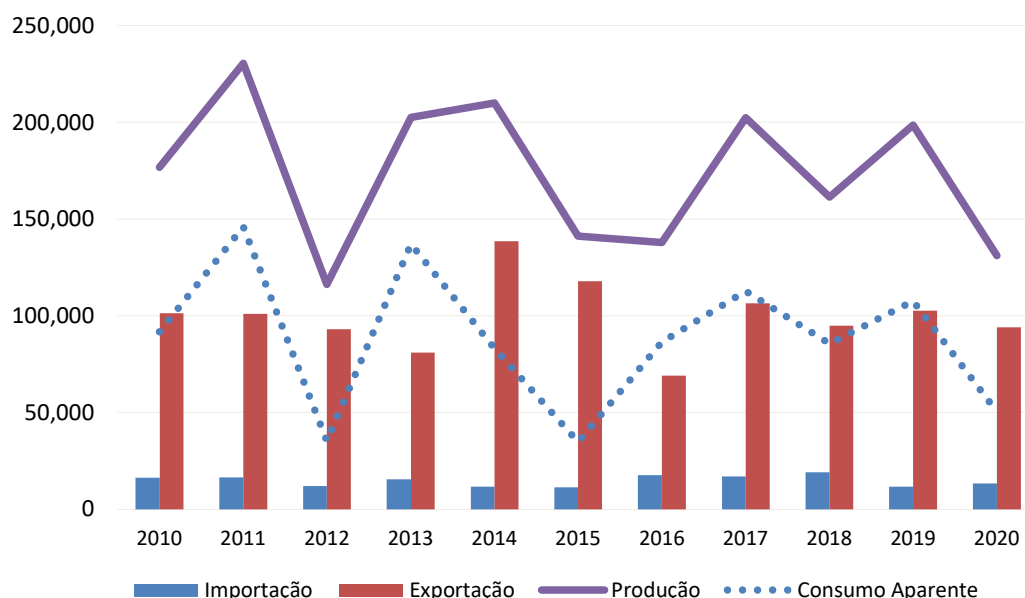


Figura 43. Evolução da Produção, Importação, Exportação e Consumo Aparente (ton) de pera (Fonte: GPP)

5.5 MAÇÃ

A maçã é uma das espécies de maior peso no mercado de frutos frescos em Portugal continental. Na região do Ribatejo e Oeste, aliado à pera, constituem os frutos frescos com maior importância, a maçã representa praticamente de 40% da produção nacional.

5.5.1 PRODUÇÃO

A Produção atingiu em Portugal 286 mil toneladas, um grande aumento nos últimos 10 anos. Na região do Ribatejo e oeste, apesar de mais tímido também tem aumentado nos últimos anos, cerca de 20%, atingindo em 2020 uma produção de 118 mil toneladas.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

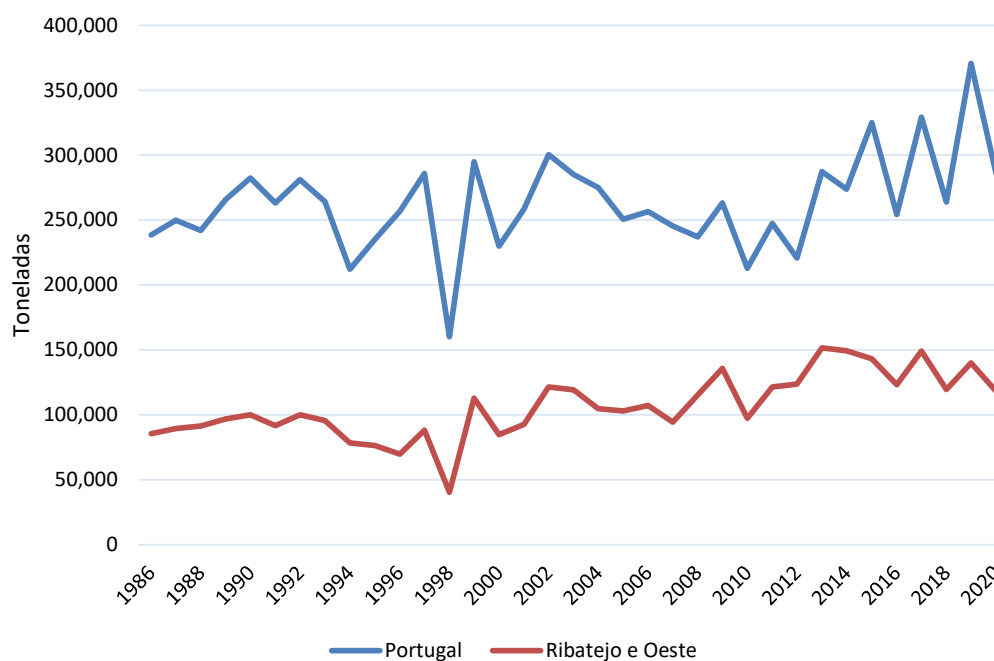


Figura 44 - Evolução da produção de maçã (Fonte: INE)

A área de maçã tem aumentado ligeiramente nos últimos 10 anos quer em Portugal, quer na região em análise. Em 2020 já somava os 4936 ha, 34,5% da totalidade da área nacional. Este valor tem vindo a aumentar muito com esforço de investimento em novos pomares.

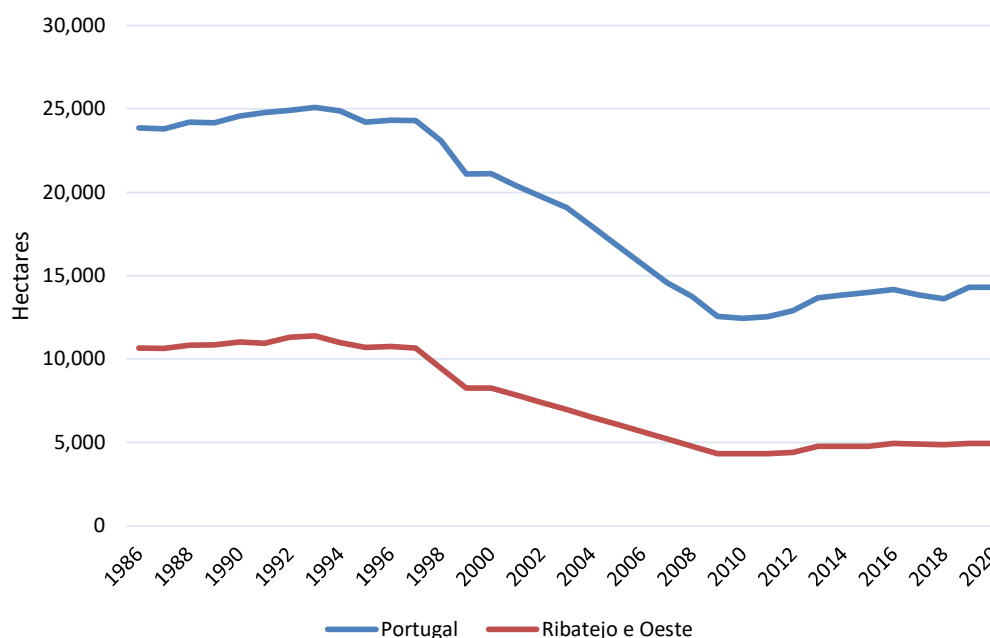


Figura 45 - Evolução da superfície de maçã (Fonte: INE)

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

A produtividade de maçã tem aumentado expressivamente, nos últimos 10 anos, no território nacional e de forma particular na região do Ribatejo e Oeste. Desde o ano 2000, a produtividade aumentou de 10 ton/ha para 24 ton/ha estabelecendo-se nestes últimos anos muito acima da produtividade nacional. Este fenómeno é resultante de um investimento técnico e cultural ativo na produção.

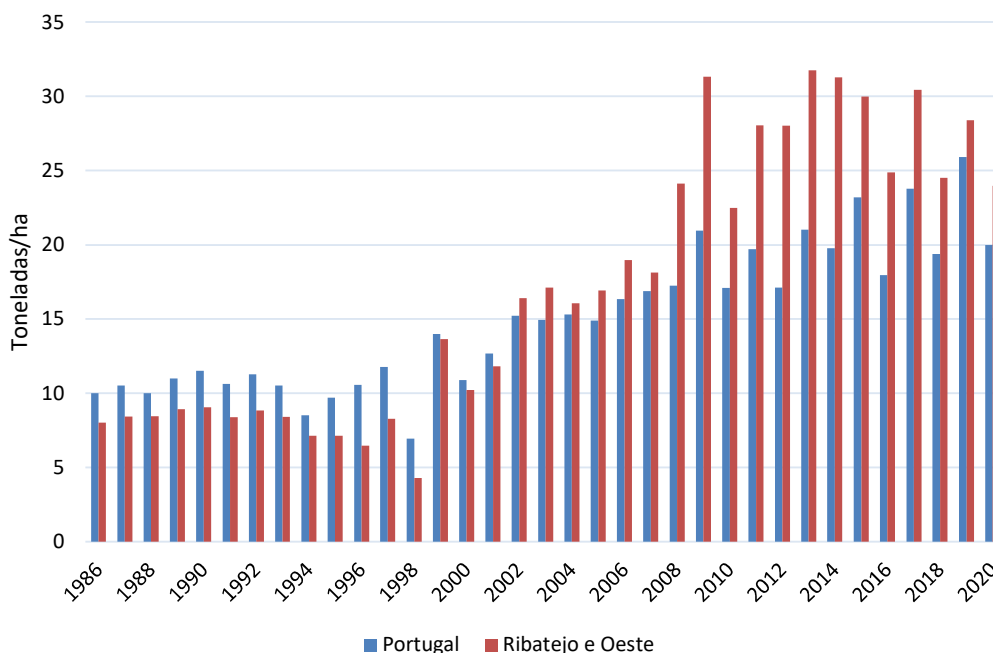


Figura 46 - Evolução da produtividade (ton/ha) de maçã (Fonte:INE)

5.5.2 COMERCIALIZAÇÃO

A maçã tem, em Portugal, alguns produtos protegidos que têm sido bastante desenvolvidos de forma a valorizar os bens de regiões específicas. Entre eles, na zona do Ribatejo e Oeste, existe a Maçã de Alcobaça e a Maçã Riscadinha de Palmela.

A Maçã de Alcobaça é um produto IGP (Indicação Geográfica Protegida), sendo que apenas pode ser produzida nos concelhos de Alcobaça, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior e Torres Vedras. Esta distinção tem sido uma grande aposta para a valorização da maçã da região principalmente a nível nacional.

A Maçã Riscadinha da palmela é um produto DOP (Denominação de Origem Protegida) sendo que apenas pode ser produzida nos concelhos de Palmela e Setúbal.

Tabela 27 - Diferentes Denominações de Origem Protegida (DOP) e Indicações Geográficas Protegidas (IGP) para a maçã (Fonte: DGADR)

Produto	Proteção	Agrupamento de Produtores	Organismo certificador
MAÇÃ BRAVO DE ESMOLFE	DOP	FELBA	KIWA SATIVA
MAÇÃ DA BEIRA ALTA	IGP	FELBA	KIWA SATIVA
MAÇÃ DA COVA DA BEIRA	IGP	CAFCB	KIWA SATIVA
MAÇÃ DE ALCobaça	IGP	APMA	CODIMACO
MAÇÃ DE PORTALEGRE	IGP	APAFNA	AGRICERT
MAÇÃ RISCADINHA DE PALMELA	DOP	---	KIWA SATIVA

A tendência linear crescente do preço da maçã aponta para uma valorização deste fruto, sendo que nos últimos 9 anos aumentou de 0,62€ para 0,85€.

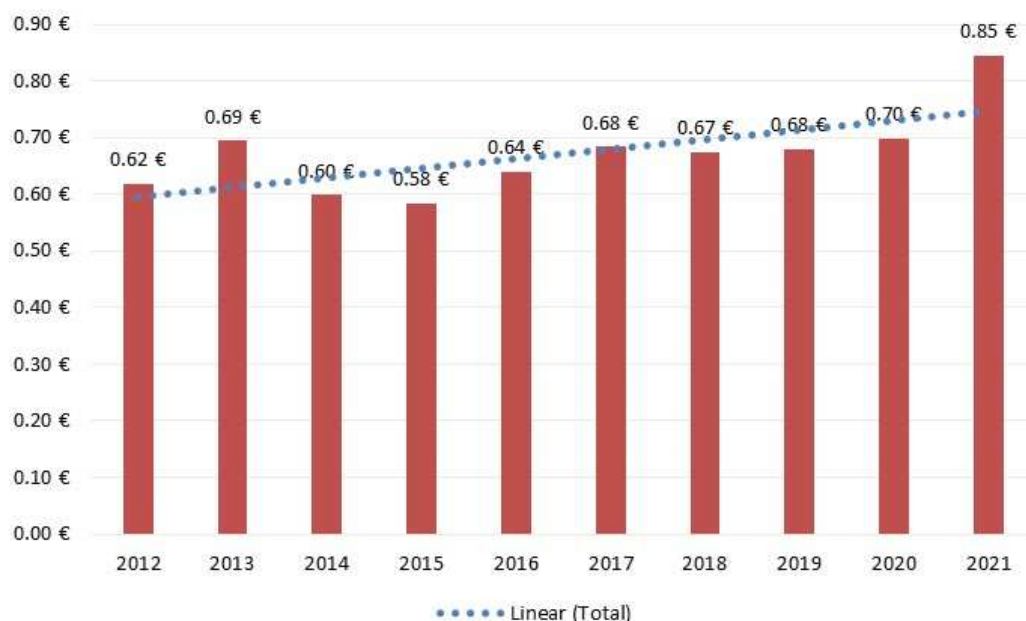


Figura 47 - Evolução do preço médio ao produtor (€/kg) de maçã (Fonte: SIMA)

Em particular, as maçãs da variedade Bravo Esmolfe apresentam uma maior valorização face às restantes variedades, quanto à sua certificação, apenas existiu uma valorização clara da certificação no último ano. Neste sentido, também as variedades Reineta Parda, Fuji e Granny Smith apresentam um maior preço face às restantes.

Em termos gerais, a média do preço da maçã tem aumentado nos últimos anos, estando assim em tendência positiva, traduzindo-se num preço de 0,85 €/kg médio em 2021.

Tabela 28 - Evolução do preço médio ao produtor (€/kg) de maçã por variedade (Fonte: SIMA)

Variedades	2019	2020	2021	Média global
BRAVO DE ESMOLFE	0,83 €	0,92 €	1,20 €	0,98 €
BRAVO DE ESMOLFE (NÃO CERTIFICADA)			0,98 €	0,98 €
REINETA PARDA	0,87 €	0,98 €	0,97 €	0,94 €
FUJI	0,85 €	0,87 €	1,10 €	0,92 €
GRANNY SMITH	0,77 €	0,89 €	0,83 €	0,82 €
CASA NOVA		0,80 €		0,80 €
REINETA BRANCA			0,75 €	0,75 €
ROYAL GALA	0,69 €	0,73 €	0,84 €	0,75 €
JONAGOLD	0,64 €	1,01 €		0,68 €
JONAGORED	0,67 €	0,61 €	0,73 €	0,66 €
GOLDEN DELICIOUS	0,61 €	0,61 €	0,74 €	0,64 €
RED DELICIOUS	0,59 €	0,60 €	0,71 €	0,63 €
MÉDIA ANUAL	0,68 €	0,70 €	0,85 €	0,73 €

Ao nível da comercialização, tem-se notado um aumento muito significativo da exportação deste produto, sendo que nos últimos anos mais que quadruplicou as exportações e reduziu para praticamente metade as importações de maçã. Além do mais, a produção tem superado o consumo aparente desde 2018, sendo que em 2020, o autoaprovisionamento já se posicionava nos 108,7%. De assinalar, ainda que, a orientação exportadora deste fruto tem-se intensificado acompanhando as exportações, o que revela que o aumento de produção se destina sobretudo à exportação.

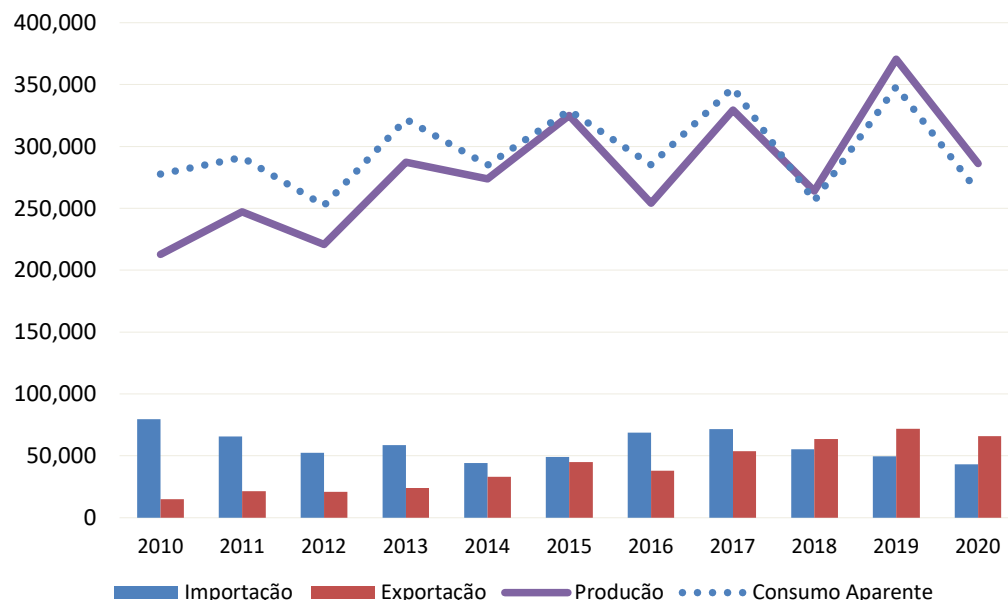


Figura 48 – Evolução da Produção, Importação, Exportação e Consumo Aparente (ton) de maçã em Portugal

5.6 SETOR HORTOFRUTÍCOLA

O sector Hortofrutícola assume uma grande importância na região do Ribatejo e Oeste, quer como já acima referido no caso do tomate, do milho, da pera e da maçã, mas também noutras culturas como a batata, as hortícolas frescas, o limão, entre outras, que possuem um grande peso no total nacional ou até exclusiva produção regional.

5.6.1 SUPERFÍCIE

Segundo o INE, em 2021, as culturas com maior superfície que se destacam, para além do tomate, milho, pera e maçã são a batata, laranja, figo, ameixa pêssigo e limão. Sendo que a que mais se destaca é a batata com uma área estimada pelo INE de 5000 ha.

No entanto, é importante destacar que a maioria das culturas hortícolas não se encontram listadas nestes dados. Isto acontece uma vez que nos dados INE, à escala geográfica pretendida, não são apresentados valores de área nem de produção.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

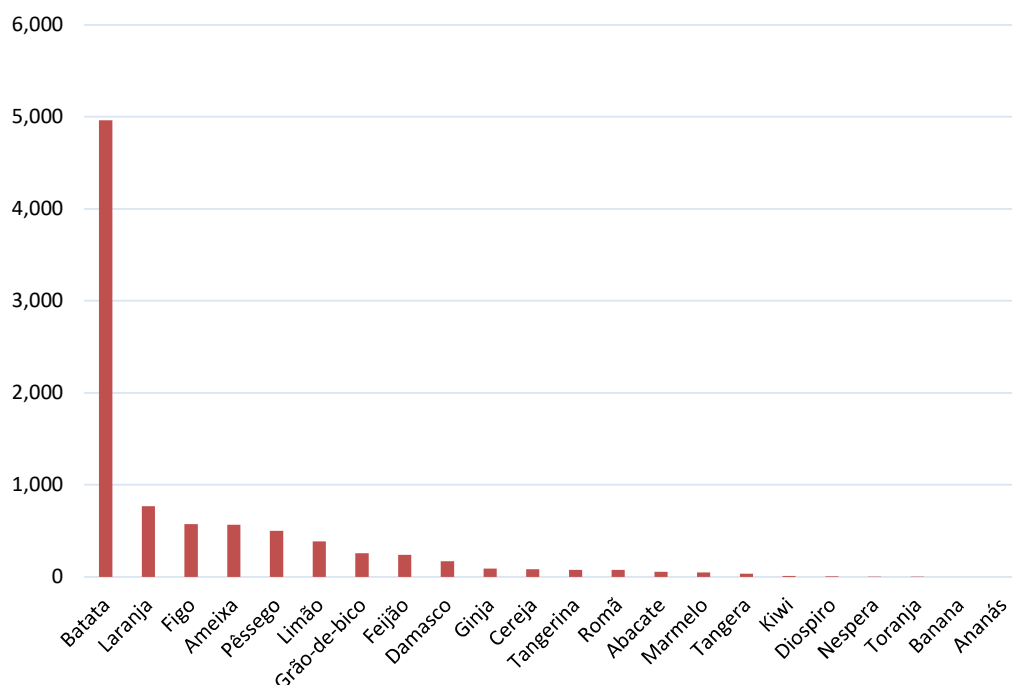


Figura 49. Área (ha) das principais hortofrutícolas da região do Ribatejo e Oeste, exceto a maçã, pera, tomate e vinha. (INE, 2021)

De forma a serem analisadas as culturas hortícolas em falta foi consultada a base de dados do IFAP, que embora com uma margem de erro decorrente da existência ou não de pedido único (PU) para cada parcela. Desta forma, a área apurada será necessariamente inferior à real, no entanto é possível analisar as tendências de culturas mais representativas na região, para as áreas dos concelhos abrangidos neste estudo.

Nas hortícolas em específico, segundo o IFAP, em 2021, podemos ter uma perceção da importância da distribuição da superfície das principais hortícolas, há que notar que esta estimativa tem em conta apenas alguma parte da área, principalmente das áreas mais relevantes. Deste modo, a produção de maior destaque é a batata, seguida da abóbora e abobrinha, couve e cenoura.

As culturas com maior desenvolvimento tecnológico e maior investimento, normalmente em grande escala tendem a ser também aquelas que possuem maior organização, por essa razão são mais expressivas, sendo o caso, por exemplo, da batata.

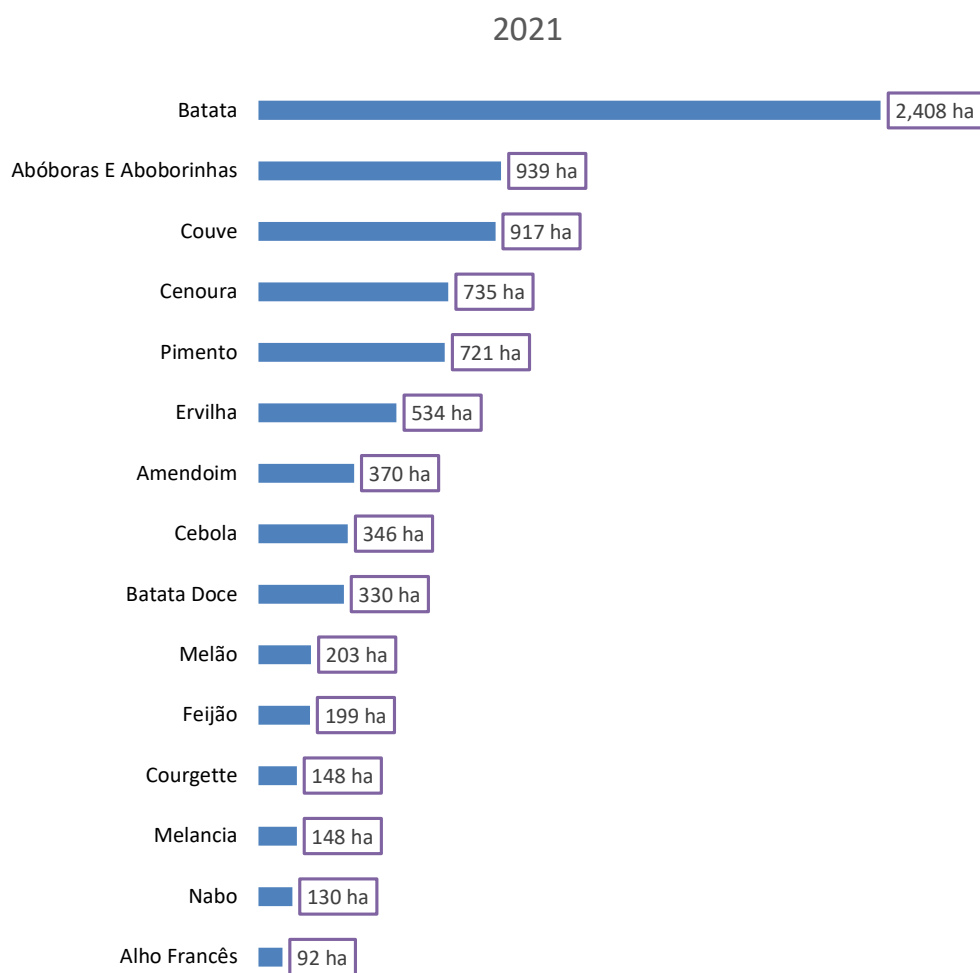


Figura 50. Área (ha) das principais hortícolas na Região do Ribatejo e Oeste em 2019 (IFAP, 2022)

5.6.2 VALOR

Segundo o INE, como indicado no gráfico abaixo, as atividades hortofrutícolas podem agrupar-se em diferentes tipologias de orientações técnico-económicas (OTE) das explorações, as explorações mais especializadas neste tipo de produtos são as de OTE Horticultura intensiva e floricultura e Frutos frescos e citrinos, sendo que as duas totalizaram um valor, em 2019, de 433 Milhões de €. Deste modo, representaram nesse mesmo ano, 28% do valor de todas as explorações do Ribatejo e Oeste.

Em particular as explorações de OTE Frutos frescos e citrinos foi o maior grupo de explorações em valor no ano de 2019, somando um total de 224 Milhões de €, excedendo a OTE Horticultura intensiva e floricultura, com 209 Milhões de €.

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

De notar, ainda que em praticamente todas as OTE, o valor gerado pelas explorações foi progressivamente maior ao longo dos quatro anos analisados, além do mais, o último ano demonstrou um aumento transversal e bastante acentuado, especialmente nas explorações especializadas em frutos frescos e citrinos. Estas explorações de 2016 até 2019 tiveram uma variação de 68% em valor.

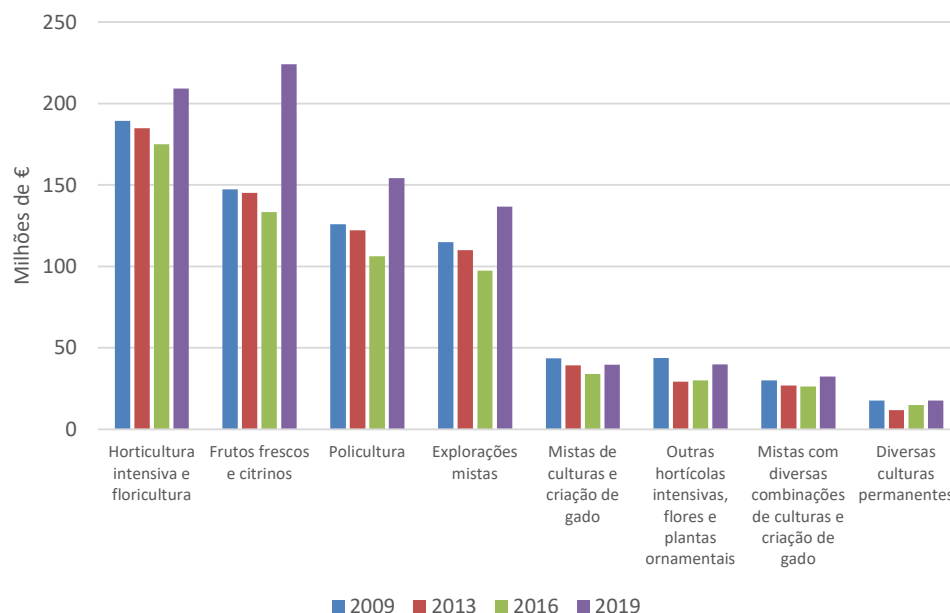


Figura 51. Valor da produção padrão total (€) das todas explorações agrícolas, por Orientação técnico-económica, que abrangem atividades Hortofrutícolas (INE, 2022)

Ao nível do valor gerado por cada grupo de hortofrutícolas, apenas está disponível, para a região do Ribatejo e Oeste, o ano de 2007. Apesar do ano, é possível inferir alguns pontos de interesse. Em particular, o valor gerado pelos produtos hortícolas frescos supera os restantes produtos, nesse ano, representando 10% do valor nacional.

Os frutos de baga (frutos sem semente ou com semente pequena), produtos industriais (todos os que não estão discriminados) e os frutos de clima temperado assumem também uma grande importância no valor gerado pelos hortofrutícolas da região no ano referido, sendo que esta última categoria de frutos representou um maior peso nacional, cerca de 37% do valor.

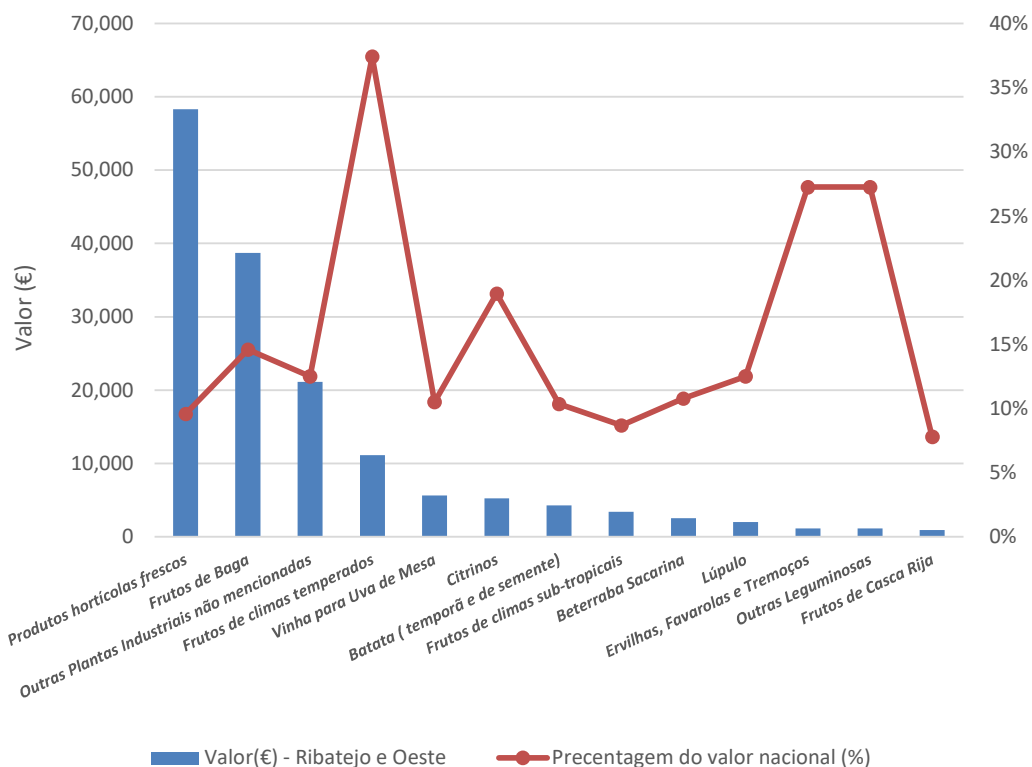


Figura 52. Valores de Produção Padrão (€) das principais atividades hortofrutícolas centrados no ano 2007 (GPP, 2022)

5.7 EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE FATORES DE PRODUÇÃO

No sentido de se perceber a evolução agronómica e tecnológica que se operou na região em estudo, é importante avaliar e comparar o desenvolvimento das produções agrícolas vs. consumo de inputs como fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos.

Com este intuito tentou-se recolher dados que pudessem caracterizar apenas a área de estudo, dados estes não disponíveis, estando apenas disponíveis dados a nível nacional.

Como verificado no ponto 5.2 da caracterização agroeconómica, a região em estudo apresenta, em termos agrícolas, muito dinamismo e valor acrescentado quando comparada com as médias nacionais. Logo, não será abusivo considerar que a região acompanha, ou mesmo ultrapassa, indicadores que tenham apenas informação a nível nacional. Neste sentido optou-se por apresentar o desenvolvimento das produções agrícolas vs. consumo de inputs a nível nacional, assumindo que as produções agrícolas da região no mínimo estão em linha com estes indicadores.

Como podemos verificar na Figura 53, em 20 anos a produção vegetal a nível nacional quase duplicou, passando de 3572,4 M€ no ano 2000 para 5667,3 M€ em 2021. Por outro lado, a quantidade vendida de produtos fitofarmacêuticos diminuiu para quase metade, passando de

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

4,5 kg de substância ativa (s.a.) por hectare de SAU em 2002 para cerca de 2,5 kg de s.a. (2,45 kg) em 2021

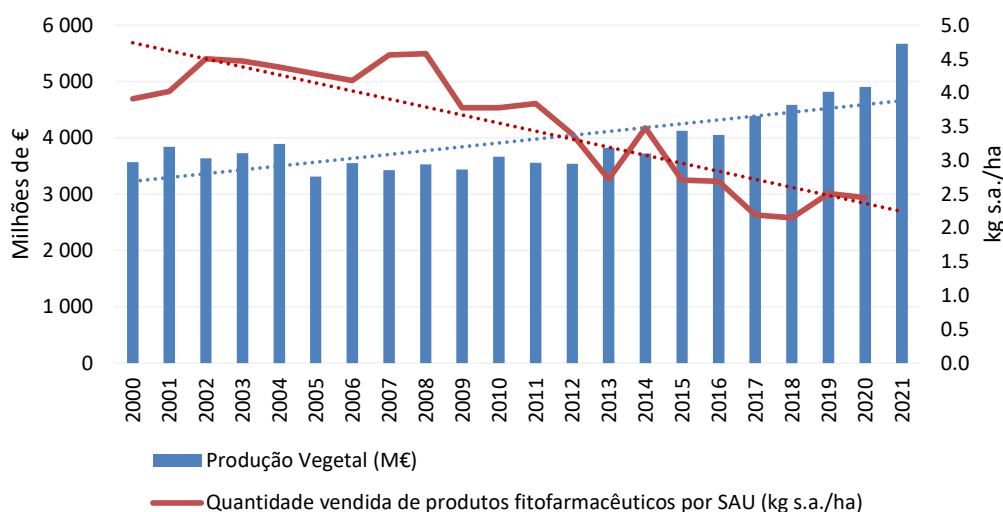


Figura 53. Evolução nacional da produção vegetal (M€) (PORDATA, 2022) e da quantidade vendida de produtos fitofarmacêuticos (kg s.a./ha) (INE, 2022)

Fazendo a mesma análise, mas agora para o consumo aparente de fertilizantes inorgânicos por hectare, podemos verificar na Figura 54 que, no mesmo período, foram reduzidos para metade os consumos de fertilizantes. Este consumo a nível nacional passou de 82 kg/ha no ano de 2000 para 43 kg/ha em 2021.

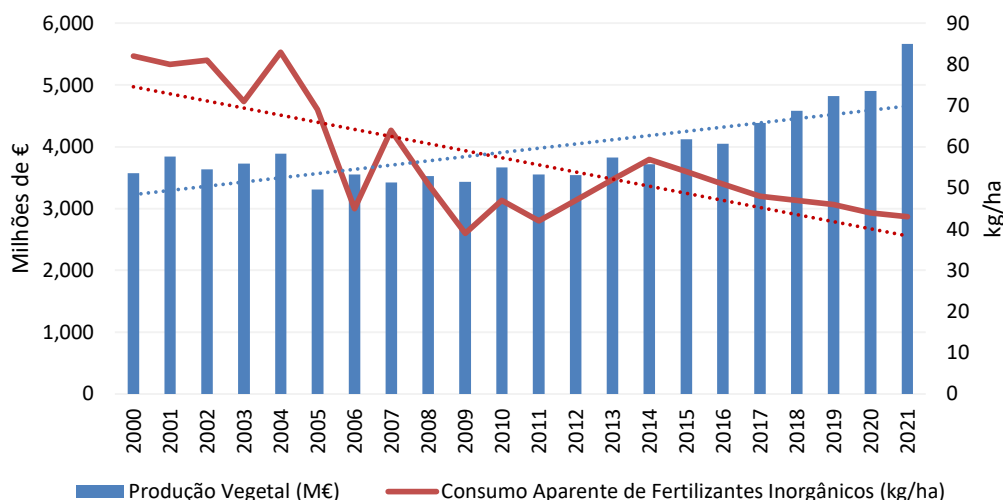


Figura 54. Evolução nacional da produção vegetal (M€) (PORDATA, 2022) e do consumo aparente de fertilizantes inorgânicos (kg/ha); INE, 2022)

ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Através da análise dos valores apresentados torna-se inequívoca a evolução agronómica e tecnológica operada em Portugal nos últimos 20 anos e a eficiência no uso de recursos, o que sem dúvida implicou uma melhoria em termos económicos e ambientais.

O aumento da formação dos agricultores, a generalização de práticas como a Produção Integrada, o cumprimento obrigatório das Boas Práticas Agrícolas e Ambientais e a interiorização pelos agricultores que a eficiência no uso dos recursos conduz a ganhos económicos, foram todos fatores essenciais que conduziram a ganhos produtivos com redução do uso de recursos.

A região em estudo não foi com certeza alheia a esta evolução, e é plausível que este importante território agrícola acompanhou ou mesmo superou estes indicadores.